



Audiência Pública Cota de Gênero, Violência Política de Gênero e Canais de Denúncia – Petrolina - PE

Diretora eleitoral de Petrolina. Edna da paixão santos, representante do PTB mulher de Afrânio. Vladimir Ribeiro Gomes, Presidente do diretório municipal do PSOL Petrolina. Dr. Rodrigo Galvão, Secretário de governo do município de Petrolina. Ex-Prefeito de Petrolina, Dr. Miguel coelho. Alexandre torres, conselheiro estadual e representante da OAB de Pernambuco.

Samara Mirele de Moura Lima, vereadora de Petrolina.

Robson José do nascimento, Presidente do PT de Petrolina inicialmente, pedimos para tomarem os seus assentos, por favor!

Daremos alguns avisos importantes para os quais pedimos a atenção de todas e todos. Para registro de presença, contamos com a equipe de credenciamento na entrada do auditório, além de cartazes com QR Codes para leitura pelo celular. Além dos QR Codes para registro de presença, haverá outros contendo:

A programação do evento;

A apresentação do estudo realizado pela Ouvidoria do TRE, com base nos dados das últimas eleições; o acesso aos relatórios que embasaram os dados a serem apresentados; a inscrição para a exposição oral para as pessoas que ainda não fizeram. Lembrando que os pedidos serão analisados pelo ouvidor mediante o tempo disponível; e, por fim, um QR Code para envio de elogios, sugestões ou reclamações sobre o evento.

Será enviado por e-mail o certificado de participação com a carga horária do evento até o dia 15 de dezembro. Esta audiência está sendo transmitida ao vivo pelo canal oficial do TRE no YouTube e ficará disponível após o evento, o certificado de participação para os que acompanharem a audiência on-line estará disponível através do link no canal.

É vedada a utilização da fala durante as manifestações orais para fins eleitorais. E cada participante terá 5 minutos de fala. Neste momento, convidamos a assessora chefe da--

[Interrupção do áudio]

Para conhecimento de todas e de todos, este projeto está fundamentado nos objetivos de desenvolvimento sustentável nº 5, igualdade de gênero, e nº 16, paz, justiça e instituições eficazes da organização das Nações Unidas e também nos macrodesafios da Justiça Eleitoral, estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, quais sejam: A garantia dos direitos fundamentais, o fortalecimento da relação interinstitucional do Poder Judiciário com a sociedade e o enfrentamento aos ilícitos eleitorais. E, também, está fundamentado na Lei de Acesso à Informação e na lei 14.192/2021, que completou 10 anos este ano e estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher alterando o código eleitoral, a lei dos partidos



políticos e a lei das eleições para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatos. Por fim, o mês de agosto foi o mês escolhido pelo Tribunal para dar início ao projeto, tendo em vista que é, que foi o agosto lilás e, desde então, o Tribunal tem realizado essa sequência de audiências, desejamos um bom evento a todos e a todas.

>>[Mestre de Cerimônia]: Registramos e agradecemos a presença da Lucinha Mota, vereadora de Petrolina e Glaucia Andrade, Presidente estadual do conselho da defesa dos direitos da criança e do adolescente de Pernambuco.

[Aplausos]

>>[Mestre de Cerimônia]: Para abertura do evento, tem a palavra o Presidente do TRE de Pernambuco, o Desembargador Adalberto de Oliveira Melo.

[Aplausos]

>>[Des. Adalberto de Oliveira Melo]: Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento os componentes da mesa na pessoa do ouvidor eleitoral Desembargador eleitoral Carlos Gil Rodrigues filho, que merece aplausos porque...

[Aplausos]

>>[Des. Adalberto de Oliveira Melo]: Estamos aqui, merece aplausos porque estamos aqui por conta--

[Interrupção do áudio]

>>[Des. Adalberto de Oliveira Melo]: Cumprimento especial às mulheres presentes nesta audiência pública e agradecer a presença de vocês. Momentos como este ajudam a fortalecer uma luta não só das mulheres mas de toda a sociedade.--

[Interrupção do áudio]

>>[Des. Adalberto de Oliveira Melo]: Ainda somos muito carentes de lideranças, de referências femininas, isso não se deve a ausência de líderes mulheres, mas, ao fato de não criarmos mecanismos para que estas lideranças cresçam e fruto fiquem. Um dos termômetros dessa carência está na baixa participação feminina na política brasileira. Temos mais da metade do eleitorado formado por mulheres. Mas, a participação delas nos cargos eletivos é muito pequena. As mulheres ocupam em torno de 15% das vagas no nosso parlamento e aproximadamente 13% dos cargos executivos. A violência política de gênero e a utilização de candidaturas femininas fictícias inscritas apenas para cumprir numericamente as cotas, a cota legal o papel se recusa... a contribuir. A violência política de gênero e a utilização de candidaturas femininas fictícias inscritas apenas para cumprir numericamente a cota legal de 30% de candidaturas de gênero são alguns fatores determinantes para esse índice tão baixo. Como podemos mudar esta realidade?

Não há resposta fácil. Nenhuma solução pronta. Esta audiência pública sobre cota de gênero, violência política de gênero e canais de denúncia se propõem a discutir meios



que certamente nos ajudarão a enfrentar esse quadro sempre tendo como objetivo garantir a todos condições equânimes de participação na vida pública. Muito me honra, me orgulha e me alegra estar hoje aqui como Presidente participando deste ato e vivenciando este momento. Estou convicto de que estamos aqui buscando construir um futuro mais igualitário para todas e todos. E nossa senhora, rainha dos anjos, padroeira de Petrolina nos inspire na nossa jornada. Desejo um excelente debate! E muito obrigado pela atenção das Senhoras e dos senhores.

[Aplausos]

>>[Mestre de Cerimônia]: Dando continuidade ao evento tem a palavra o ouvidor regional eleitoral, Dr. Carlos Gil Rodrigues filho.

[Aplausos]

[DES. CARLOS GIL RODRIGUES FILHO]: Eu peço licença ao Presidente do TRE de Pernambuco, Desembargador Adalberto de Oliveira Melo, um homem muito sábio que, inclusive, já presidiu o Tribunal de Justiça de Pernambuco, no nosso estado, para cumprimentar a todas as pessoas na pessoa do doutor Alexandre Torres, um homem de fé, enquanto profissional que a todos inspira. Meus cumprimentos doutor Alexandre. Senhoras e senhores, é com satisfação que estamos reunidos para que, em união de esforços, tratemos de um tema tão importante para a sociedade e, conseqüentemente, para a Justiça Eleitoral, a violência contra a mulher dentre as inúmeras formas de se apresentar, também se faz no contexto eleitoral quando se impõe condutas com o objetivo de excluir ou de restringir atuações no campo político. Por meio da Ouvidoria, o TRE de Pernambuco já colocou à disposição canais de denúncia para qualquer pessoa inclusive de forma anônima para o encaminhamento ao Ministério Público de fatos, de assuntos relacionados ao... ao tema. Nós temos até termo de cooperação para isso firmado entre o Tribunal e o Ministério Público numa atuação conjunta no enfrentamento dessa violência política.

O tema é expressamente tratado na lei das eleições, na lei 9.504, em seu artigo 10, parágrafo 3º. Esse dispositivo, ele não deixa dúvidas de que a finalidade da lei é assegurar um patamar mínimo de candidaturas femininas numa busca pela correção da histórica deficiência da participação das mulheres na vida política do país de forma que a Justiça Eleitoral estará a acompanhar a formação de todas as chapas. Qualquer indício de fraude acompanhado de outros elementos probatórios poderá ensejar o reconhecimento de candidaturas femininas fictícias, laranjas. Então, trazer candidatas não sinceras fazendo-se existir só para constar, tem feito com que chapas proporcionais inteiras venham a ser caçadas claro, desde que seja comprovada a fraude, mas em prejuízo inclusive de candidaturas que se fizeram de forma genuína porque essas também são cassadas. Esse processo de fraude à cota, apreciados pelo colegiado do TRE Pernambuco, trazem as mais variadas situações seja na forma econômica ou estrutural e os indícios podem ser verificados de muitas formas. Eu não



sei se conseguimos, se conseguimos colocar aí no... no painel esses indícios. Mas eu posso aqui falar. Votação zerada ou pífia; ausência de atos de campanha; inexistência de propaganda impressa; pedido de voto para outro candidato; parentesco com outro candidato para o mesmo cargo; ausência de recebimento de recursos públicos pelo partido, claro, desde que o partido receba esses recursos; ausência de movimentação de recursos na campanha; não prestação de contas ou prestação de contas zeradas; menor ou nenhum tempo de propaganda conferido às candidatas mulheres, dentre tantos outros indícios, são apenas indícios. Não é só no âmbito do nosso Tribunal que a jurisprudência, ela vem se uniformizando. Outros tribunais eleitorais, todos os outros tribunais eleitorais Brasil afora vem sedimentando os seus entendimentos além do próprio TSE que é muito rigoroso com o assunto. Por outro lado, por mais que nessa ocasião estejamos a fomentar uma ação afirmativa de incentivo à participação das mulheres na política, há os casos em que as próprias mulheres compactuam com cenários fraudulentos. É importante reconhecer isso. São hipóteses em que aceitam se candidatar mesmo sem intenção real de disputar uma eleição, por vezes, vislumbrando um benefício econômico ou uma vantagem indireta. Quem não sabe disso?

O Tribunal tem prestado atenção nessa coparticipação e trabalhado para que as providências recaia am sobre todos os envolvidos. Então, a questão é essa, inserir mulheres dentro de grupos indefesos autoriza a intervenção da Justiça Eleitoral com vistas a um tratamento que as coloque em situação paritária em relação aos homens. Naturalmente, prestamos muita atenção nas alegações e provas em sentido diverso, para que não se decida de forma injusta. Eu concluo, dizendo que não se busca vantagem para certo gênero, se busca igualdade de condições, paridade de armas, uma disputa igualitária, nada além disso. Por isso, hoje, estamos aqui, principalmente, para ouvir, mas também para promover o tema, direcionar os partidos políticos, os candidatos, as candidatas e atestar que a elas será conferida muita atenção pelo Tribunal para que essas mulheres passem a ter identidade política. Muito obrigado.

[Aplausos]

>>[Mestre de Cerimônia]: Senhoras e senhores, como não houve o recebimento de manifestações escritas, convidamos o doutor Marcílio Rubens Gomes Barboza, advogado criminalista, sócio fundador do escritório Rubens e Medrado advogados associados, Presidente da OAB, de Pernambuco e nesse... para a exposição oral.

[Aplausos]

>>[Mestre de Cerimônia]: Convidamos socorro Lacerda.

>>[Dr. Marcílio Rubens Gomes Barboza]: Boa tarde a todos e a todas. Os meus cumprimentos à mesa através do nosso Presidente doutor Adalberto, seja muito bem vindo mais uma vez à Petrolina. Mas, deixar, com a devida venia, Dr. Alberto, um



registro muito especial, os cumprimentos reiterando as colocações feitas por V.Exa., quando dos cumprimentos iniciais, um agradecimento especial e cumprimentos reiterados, e não serão suficientes, ao nosso querido amigo Desembargador e defensor da causa da advocacia, porque não dizê-lo, Desembargador Carlos Gil, a quem direciono os sinceros agradecimentos. Reiterando as palavras do doutor Adalberto dizendo que se esse evento está acontecendo em Petrolina nós estamos tendo a graça de ter os representantes maiores da nossa Justiça Eleitoral no estado aqui em Petrolina hoje, isso se deve em muito, em grande parte, ao Desembargador Carlos Gil, que fez todos os esforços, que empreendeu toda a organização para que nós pudéssemos fazê-lo e nós, através da OAB Petrolina, devemos acolher isso, o pedido inicial do Desembargador Carlos Gil para que fizéssemos esse evento num momento importantíssimo para a nossa cidade, para a nossa região nesse momento especial que antecede o pleito eleitoral que está aí por vir 2024. Então, Desembargador Carlos Gil, muito obrigado, por todo o trabalho, a através do senhor os cumprimentos a todos da mesa, os cumprimentos aos membros do nosso executivo municipal, ao nosso legislativo, através do nosso Presidente da Câmara de vereadores, doutor aero, um amigo aero sempre irmão do motociclismo e militante, combatente, os meus cumprimentos. Aos membros da Procuradoria, doutor Luzemberg, os meus cumprimentos. Dra. Rosane, aos membros do Ministério Público, os meus cumprimentos, meu direcionamento. Doutor Yuri, aos membros do judiciário os meus cumprimentos também. A todos aqueles que fazem parte das forças políticas, das organizações não governamentais, representantes desses segmentos tão importantes que fazem a nossa sociedade, mas, um direcionamento especial e os meus cumprimentos a todos, à advocacia, deixo registrado os meus cumprimentos também, apesar de aqui representá-la, mas, direcioná-la em alguém que considero que sempre a representará tão bem quanto ou até melhor do que eu, e eu modestamente falo ao meu querido amigo e sempre Presidente doutor Alexandre torres, que representa a nossa OAB Pernambuco. Mas, os meus cumprimentos e o meu respeito especial aquilo que nós temos como tema central, a defesa, minha querida vereadora Samara, Lucinha, a que vocês representam que é a necessidade do reconhecimento, Maria Helena, de tudo aquilo que a mulher representa historicamente para o nosso país e que deve ser reconhecido em todos os ângulos, porque a Justiça Eleitoral tão bem o faz quando traz à discussão, traz à baila elementos de ordem essencial para a consideração de toda a sociedade civil, não apenas daqueles que estão próximos dos níveis de conhecimento e que estão próximos dos acontecimentos, mas mesmo aquela população mais simples, que se sente mais distante mas que ela entenda o valor e o respeito que se deve ter por essa história que foi construída da nossa humanidade e pelo valor que a mulher empresta a cada momento histórico.



Quando nós discutimos essa paridade, que é válida sim, dentro da nossa política institucional da OAB e nós a defendemos ali também nós fazemos valer aquilo que se torna mais do que apenas um discurso, nós levamos à prática. Quando nós trazemos um momento como a audiência pública de hoje, nós estamos trazendo a toda a população local o reconhecimento, a necessidade de reconhecimento, meu caro Miguel, que os tempos são outros. O momento de opressão em relação à mulher ou à sua, ou pela sua condição de mulher é um tempo que não se quer lembrar mais. A realidade que nós temos hoje que se apresenta é a demonstração de que se nós somos o que somos, nós devemos muito disso, ou boa parte, e ousar dizer talvez a maior parte disso, a vocês, mulheres, por toda essa luta, por toda essa determinação pela capacidade de serem enfrentantes nos mais diversos âmbitos de toda a guerra, seja ela na vida particular, ou na vida pública.

Por isso, a OAB como não poderia deixar de sê-lo, meu caro Dr. Carlos, é obrigada, pela sua própria constituição, a defender aquilo que são os pilares da nossa constituição, que é respeitar a paridade de armas, a paridade de direitos, dar a todo o cidadão o direito que lhe é cabido--

[Interrupção do áudio]

Isso aconteça em relação às mulheres quando se respeita a cota em razão do gênero. E coibir os atos de violência política e destaque-se que, por vezes, são tidos como elementos de ordem trivial, assim como foram também, em razão da raça, outrora, ou ainda o são, nós, às vezes, praticamos sem perceber. Mas é necessário que se faça um novo tempo, se faça um novo pensamento e, quando se traz discussões dessa natureza à toda a população, a todos aqueles que fazem parte desse contexto nós estamos ensinado a viver, a praticar esse novo tempo. Ao Tribunal Regional Eleitoral, meu reconhecimento, os nossos parabéns e a nossa disponibilidade na parceria dessa instituição tão respeitada nacionalmente que é a Ordem dos Advogados do Brasil. Muito obrigado pelo convite. Estamos aqui à disposição de todos para engrandecer o debate.

[Aplausos]

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras do doutor Marcilio e convidamos Socorro Lacerda, professora de literatura e escritora, foi secretária de cultura da cidade de Petrolina e integrante da equipe gestora da secretaria estadual de cultura de Pernambuco e professora no curso de letras da Universidade de Pernambuco. Ativista pelos direitos humanos e coordenadora estadual da união brasileira de mulheres, integrante do Conselho Estadual de mulheres eleita na categoria notório saber.

[Aplausos]

[Socorro Lacerda]: Boa tarde a todos, a todas e a todes, cumprimento a mesa em nome do Desembargador Presidente Adalberto Melo e às mulheres também



cumprimentadas em nome da Desembargadora Virgínia Gondim. Quero parabenizar pela iniciativa e, para nós mulheres ativistas, é de suma importância esse canal onde nós trazemos o nosso lugar de fala porque no dia a dia nós estamos sempre nas batalhas de ideias, nas batalhas por direitos e essa luta é muito dura e muito sangrenta. Eu rememoro o filme as sufragistas, assistam, para quem não conhece eu vou citar aqui uma cena do filme que ela foi inspirada na vida real. Uma mulher, ativista, pelo direito ao voto, se joga na frente do cavalo do rei da Inglaterra e se mata com o cartaz pelo direito de votar. Somos herdeiras, portanto, dessas mulheres que lutam. E nós rememoro Ramos também que a luta pelo direito a participar das instâncias de poder não se deu como nós gostaríamos e essa reparação histórica, ela só será possível se nós tivermos, para além das cotas, as vagas reais no parlamento. Não conseguimos, mas, a luta não parou ainda. Nós vamos seguir. Então, esse debate, eu creio, é justamente para que a gente possa... implementar ações que venham desse poder, no sentido de que essa reparação histórica seja discutida. Não dá para discutir a participação das mulheres na política sem chamar a atenção dos, dos poderes, de todas as instâncias de poder no sentido de políticas públicas que se relacionem à criação de creches. Nós gritamos: Creche, creche, creche!

Porque a mulher, no seu confinamento doméstico, no seu trabalho invisibilizado e escravo, não vai se projetar para as ruas para ser notada, para que ela seja acolhida nas urnas. E aqui, eu ressalto o nome das três vereadoras, a Maria Helena, essa companheira que sempre foi essa vereadora... feminista; a Samara, essa jovem que vem no mesmo caminho em ações em conjunto com a Maria Helena e a Lucinha, essa mulher guerreira que tem também a minha admiração, espero que agora reforce esse time e que, de fato, esse olhar pelos direitos das mulheres sejam tidos por vocês como um tesouro que possa se reverter em direitos pela, em direitos, nos direitos das mulheres. Então, é... é preciso dizer, portanto, que não será, não será possível que nós nos incorporaremos nessas instâncias de poder se as políticas públicas que nos retiram dessa invisibilidade--

[Interrupção do áudio]

Estamos nas instâncias de poder, essa democracia, ela é a democracia, no mínimo, caótica, não é uma democracia, porque ela vai pela metade. A democracia pela metade não é democracia. Portanto, eu quero rememorar uma frase de Loreta Valadares, uma advogada feminista, baiana que dizia: "É preciso tornar visível o visível. Enquanto nós mulheres estivermos no trabalho brutal do lar e da cozinha nós não podemos nos projetar na... nas instâncias de poder. Então além das creches, as escolas de tempo integral, é preciso políticas públicas para o trabalho formal. É claro que nós ressaltamos aqui as iniciativas de querer integrar as mulheres aos, ao trabalho, aos cursinhos que lhes dão direito a serem empreendedoras. Nada temos contra esse empreendedorismo, no entanto é preciso iniciativas mais consistentes,



estruturantes, no sentido de integrar a mulher no mercado de trabalho. E aqui me refiro à mulher pobre, à mulher da periferia, à mulher preta que recebe em dobro a carga nos seus ombros. Então, viva à luta das mulheres!

E que desse encontro saiam deliberações que de fato nos contemplem, mas é preciso que a sociedade saiba que, na realidade, essa luta, ela é muito mais do que necessária e é preciso que nós ainda enfrentemos esse patriarcado de criador de barreiras para que nós mulheres não possamos ascender nesses lugares tão importantes que nos humaniza, que nos igual e que nos torna mais humanos. Muito obrigada.

[Aplausos]

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras de socorro Lacerda. Dando continuidade, com participação remota, tem a palavra o procurador regional eleitoral, Dr. Adilson Paulo prudente do Amaral filho. Convidamos para a manifestação oral, Dra. Débora de Lima Ferreira Gonçalves Cerqueira, doutoranda em Direito pelo programa de pós-graduação da Universidade Católica de Pernambuco e titular da gerência de fortalecimento sócio político das mulheres da secretaria da mulher do estado de Pernambuco.

[Aplausos]

>>[Dra. Débora de Lima Ferreira Gonçalves Cerqueira]: Boa tarde a todas e a todos! Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Adalberto de Oliveira Melo; Exmo. Sr. Desembargador do TRE, Desembargador Carlos Gil Rodrigues filho, em nome dos quais cumprimento todos os que compõem a mesa desta audiência pública e a todas as pessoas aqui presentes. Desde 2008, desenvolvo pesquisa na área de violência doméstica e fiquei muito feliz com o convite realizado para participar desta audiência pública, cuja temática afeta todas as esferas do nosso país. Falando mais especificamente da violência política de gênero, esta pode ser caracterizada como todo e qualquer ato com o objetivo de excluir a mulher do espaço político, impedir ou restringir seu acesso ou induz ilustra a tomar decisões contrárias à sua vontade. As mulheres podem sofrer violência quando concorrem, já eleitas, e durante o mandato. Essa violência é considerada uma das causas da sub representação das mulheres no parlamento e nos espaços de poder e decisão e prejudica a democracia no país. O desafio é grande, o tempo passa e os índices de violência contra a mulher nas suas mais variadas formas e meios não baixam. Isso sinaliza muita coisa para nós. Precisamos de muitos espaços, de diferentes espaços. Importante contribuição para a compreensão do movimento feminista é dada pela professora Lélia Gonzales, destaco o trecho dos seus ensinamentos: É inegável que o feminismo como teoria e prática vem desempenhando um papel fundamental em nossas lutas e conquistas e à medida que ao apresentar novas perguntas, não somente estimulou a formação de grupos e redes, também desenvolveu a busca de



uma nova forma de ser mulher. Ao centralizar as suas análises em torno do conceito do capitalismo patriarcal ou patriarcado capitalista, evidenciou as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres, o que constituiu uma contribuição de crucial importância para o encaminhamento das nossas lutas como movimento. Ao demonstrar, por exemplo, o caráter político do mundo privado, desencadeou todo um debate público em que surgiu a tematização de questões totalmente novas como: Sexualidade, violência, direitos reprodutivos, que se revelaram articulados às relações tradicionais de dominação, submissão. Ao propor a discussão sobre sexualidade, o feminismo estimulou a conquista de espaços por parte de homossexuais de ambos os sexos. Discriminados pela sua orientação sexual. O extremismo, no sentido de radicalidade, de firmeza, estabelecido pelo feminismo, fez irreversível a busca de um modelo alternativo de sociedade. Graças à sua produção teórica e à sua ação como movimento, o mundo não foi mais o mesmo. O feminismo, como movimento social, é essencialmente moderno. Surge no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras da revolução francesa. Desde os primórdios da revolução francesa, no séc. XVIII, é possível identificar mulheres que, de forma mais ou menos organizada, lutaram por seu direito à cidadania, a uma existência legal fora da casa, único lugar em que tinham algum tipo de reconhecimento como esposas e mães. No entanto, os movimentos feministas só passaram a ganhar reconhecimento e a se organizarem no Brasil a partir da década de 70, empreendendo muitas lutas em favor da emancipação e da igualdade entre os sexos. Não obstante a realidade patriarcal, os anseios dos movimentos feministas é o da libertação das mulheres de seus cativeiros privados ou públicos e da luta pela igualdade entre homens e mulheres. Maria Bethânia Ávila resume bem o propósito: O feminismo como movimento político nasce confrontando a relação entre a liberdade pública e dominação privada. A história das mulheres, como o novo sujeito social, entendidas assim como um movimento, um grupo de transformação social, é marcada por uma série de barreiras e preconceitos baseados em apenas uma característica: Ser do sexo biológico feminino, ter nascido mulher. Sabe-se, ademais, que as lutas dos movimentos feministas são contínuas e árduas, pois as injustiças e mazelas causadas em nossa sociedade, como consequência de uma colonização patriarcal capitalista, fragmento am-se no espaço e no tempo, atingindo gerações. Assim, estrategicamente, as feministas buscaram publicizar essa forma de conflito, com o objetivo de trazer a questão antes mantida no espaço privado, para a pauta das políticas públicas, por entender que o espaço privado é, por excelência, um espaço de dominação. A aprovação da lei 11.340/2006, conhecida como a Lei Maria da Penha, representa um marco no extenso processo histórico de reconhecimento da violência doméstica contra as mulheres como um problema social--

[Interrupção do áudio]



O enfrentamento da violência doméstica deve buscar a prevenção e solução dos conflitos sem simbolismos, injustiças e selo atividades. Para além da minha vida acadêmica e dos estudos sobre os movimentos feministas, em agosto de 2023, assumi a gerência de fortalecimento sócio político das mulheres no estado de Pernambuco, responsável pela condução da política de empoderamento das mulheres e descentralização das ações de gênero projetada em dois programas: Municipalização e empoderamento das mulheres e reforço estratégico para as mulheres urbanas da região metropolitana. Por ser uma gerência que dialoga com vários segmentos de mulheres e suas particulares, particularidades, as tem papel importante nos conselhos estaduais da população LGBT, da pessoa com deficiência, da pessoa idosa e a responsabilidade de levar a pauta delas para as discussões e realização de suas demandas. A Jeff esse pe também conta com um programa de municipalização das ações em gênero e empoderamento das mulheres e um dos mecanismos de articulação e integração deste programa se faz através dos Fóruns de organismos municipais de políticas públicas para as mulheres, que têm como objetivos: Apresentar os avanços e desafios das políticas de gênero, implementadas pela secretaria estadual da mulher; dialogar com as gestoras para estabelecer prioridades e metas, visando fortalecimento dos organismos e o empoderamento das mulheres e interiorização das ações. Uma outra forma de trabalho da gerência são as formações sócio políticas para as gestoras municipais. Nosso objetivo, com essas formações, é capacitar as gestoras para que elas possam replicar as informações nos municípios e fomentar a criação dos conselhos municipais dos direitos da mulher. Desta forma, as mulheres são fortalecidas para galgo rem espaços de poder, participarem efetivamente da vida política de seus municípios e não silenciar rem perante a violência política de gênero. Por meio da intersectorialidade e transversalidade do gênero é possível reorientar as políticas públicas e garantir melhoria das condições de vida das mulheres. É importante destacar que estamos vivendo os 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher. A campanha se iniciou no dia 20 de novembro, dia de consciência negra, trazendo várias reflexões sobre o cenário de violência de gênero. Para superar essa violência precisamos dar condições para as mulheres terem sua liberdade, independência, autonomia. E isso se faz com políticas públicas que promovam ações afirmativas de equidade de gênero. E que bom que nós encontramos aqui nesta audiência pública homens e mulheres determinados a fazer com que a violência política de gênero que existe hoje possa ser combatida. Estou muito feliz de estar aqui. Parabéns ao TRE pela iniciativa que possamos sempre estimular o debate e o pleno exercício da cidadania. Muito obrigada.

[Aplausos]



>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras da Dra. Débora de Lima e registramos também a presença de Fabiana Rolim, Mirele, Tamires Araújo, líderes do grupo mulheres do Brasil Petrolina. Alex Jesus, vereador do partido republicanos de Petrolina e Gilmar dos Santos Pereira, vereador do PT de Petrolina. Agora sim, convidamos, com participação remota, o procurador regional eleitoral, Dr. Adilson Paulo prudente do Amaral filho.

[Aplausos]

[Dr. Adilson Paulo Prudente do Amaral Filho]: Boa tarde! Vocês estão me ouvindo? Está tudo ok? Bom, acho que sim.

>>[Mestre de Cerimônia]: Estamos escutando sim, procurador.

[Dr. Adilson Paulo Prudente do Amaral Filho]: Tá, bom, inicialmente eu peço desculpas por essa participação remota um pouco... confusa, mas... eu não tive como me deslocar a Petrolina e também não queria deixar de participar, né, como representante do Ministério Público eleitoral aqui em Pernambuco, né? Então, minha fala vai ser muito breve, eu... eu quis mais prestigiar realmente a audiência pública e poder ouvir vocês, mais do que falar. E... mas eu gostaria só de dizer a todos e a todas que é... o Ministério Público eleitoral tem também o seu canal de denúncias, né? É... antes de seguir, me desculpem a... a descortesia, né? Gostaria de cumprimentar o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Adalberto é... comecei a falar aqui tresloucadamente e... na pessoa do Desembargador Adalberto, todos os outros membros que compõem a mesa e muito especialmente a Desembargadora Virgínia e o Desembargador Carlos Gil que me... com o convite para estar aqui com vocês. Então, corrigida essa minha ligeira indelicadeza. Eu gostaria de compartilhar com vocês a existência na página do Ministério Público eleitoral aqui em Pernambuco, da Procuradoria regional eleitoral Pernambuco, de um link para realização de denúncias, né? Eu não vou conseguir compartilhar a página aqui com vocês, mas, vocês entrando no endereço MPF. MPB R/TR EPE vocês vão verão lado esquerdo é um banner, na verdade dois banners importantes, né? Um genérico, para denúncias em geral e um outro que fala especificamente da questão de gênero, né, e aí pode ser tanto a violência de gênero quanto a questão das cotas e, que vai ser muito relevante agora nas próximas eleições municipais que a gente vai ter agora em 2024, não é?

Então... quem precisar entrar em contato com o Ministério Público, a própria Procuradoria regional eleitoral pode se utilizar desses dois links, né, dessas duas formas de acesso, não é? Para fazer a denúncia, né? Lá você vai ter uma pequena explanação do que é a violência de gênero, quais são os tipos penais que tratam disso é... e, depois, vão poder é... ter acesso a sala do cidadão, né? Que é o... o local, dentro da nossa, do nosso sistema, onde essas denúncias podem ser feitas, onde elas podem ser veiculadas, né? É... está tudo muito bem explicado no site. Então, --



Vai ter uma pequena explicação do que é a violência de gênero para poder orientar. Tem um link que dá acesso a uma apostila, que ensina como utilizar para questão de denúncia ao Ministério Público e... e tudo é muito simples, feito eletronicamente sem maiores dificuldades. Vocês podem, inclusive, subir documentos, subir vídeos, subir áudio, todos os meios de prova que vocês possam recolher. Quanto mais elementos forem anexados, forem juntados nessa denúncia, maior a possibilidade da gente desenvolver essa investigação e chegar a um bom termo nessa investigação, tá? É... fundamentalmente era essa a minha intenção, né, de comunicar a existência desses links. Colocar a Procuradoria regional eleitoral à disposição de todos. Obviamente, vocês podem procurar também o promotor eleitoral, né, dentro de cada zona eleitoral a gente tem um promotor. A gente vai trabalhar em conjunto, então, os promotores eleitorais darão sempre, o tempo todo contato com a gente aqui em Recife para atuação junto ao Tribunal, enfim, para tudo o que for necessário para a devida aplicação tanto da cota de gênero quanto dos tipos penais envolvendo violência de gênero, né? Isso não é uma ideia minha, né, isso é uma visão institucional do Ministério Público Federal, através do grupo de trabalho que nós temos mantido lá na PGR, na Procuradoria-Geral da república tem, junto, localizado na Procuradoria-Geral eleitoral, um grupo de trabalho que é... voltado à produção de material, ao estudo e à... a habilitação do Ministério Público eleitoral para atuar nessa área envolvendo a questão da cota e também a questão da violência, né?

Eu acho que era isso, senhor Presidente, senhor ouvidor, peço desculpas novamente pela minha participação remota e um pouco tumultuada, mas eu não podia deixar de prestigiar a audiência pública, a realização desse importante momento de troca de ideias, de troca de experiências e de preparação, não é, das instituições para, para as eleições que se avizinham. Muito obrigado pela oportunidade e... e devolvo a palavra.

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras do Dr. Adilson prudente. Convidamos Dra. Jussara Barbosa Pereira, coordenadora regional da união brasileira de mulheres, e bambp relata em Direito pela faca apresento, para a exposição oral.

[Aplausos]

[Dra. Jussara Barbosa]: Boa tarde a todos e todas, gostaria de pedir licença a mesa e cumprimentar a todos e todas em nome da Desembargadora eleitoral Virgínia Gondim e, com isso, cumprimento todas as mulheres e parabenizar que quase que temos uma paridade na mesa, faltando só mais uma mulher a integrar a mesa. Gostaria de agradecer o convite e dizer que--

[Aplausos]

E dizer que me sinto feliz por participar desse momento, já que é... se eu não estou enganada é inédito, o momento como esse, onde nós podemos, juntamente com o judiciário e pessoas da militância, a favor das mulheres, né, contra a violência, participarmos de um momento como esse. Gostaria de dizer que, gostaria de dizer que



antes de 2018, a violência política de gênero era clandestina, né, no nosso país. E a partir de então enfrentamos a máquina de produção e distribuição de notícias falsas, a uma velocidade de compartilhamento, através das redes sociais que fez com que conteúdos absolutamente falsos fossem repassados a milhões de pessoas com apenas um clique. Nesse cenário se interlacaram duas questões, o desconhecimento da sociedade e mesmo dos partidos políticos acerca da máquina de ódio da extrema-direita e a ideia de que as vítimas de violência de gênero são responsáveis pela violência que sofrem. Basta não ter feito algo para que para não estar envolvido naquela situação. Infelizmente, na nossa sociedade, no mundo, a culpa, infelizmente, ainda é muito da mulher. Então, apesar dela sofrer a violência ela ainda é culpada por sofrelata. A violência contra as mulheres na política tem um impacto que vai além das mulheres que sofrem diretamente, dado que cumpre o duplo papel de buscar reprimir aquele que é alvo de agressões na política e diminuir o acuso oens da sua ato uah, bem como passar uma mensagem para todas as outras mulheres que indique que a esfera pública não é o seu lugar.

A impunidade, nas resoluções, dos casos, contribui para o processo de exclusão de quem quer tentar se inserir ao meio.

Assim, a violência política, e os símbolos com os quais ainda hoje são identificadas, nos afasta cada vez mais dos espaços que decidem os rumos do país. No país democrático, mulheres deveriam poder optar pela vida pública sem que se tornassem alvo de preconceito, de ódio, de assédio e de discriminação. Para que as mulheres participem desses espaços de decisão, é preciso segurança e proteção. É necessária a superação das profundas desigualdades que encontramos forças para enfrentar tamanha crueldade até que um dia o Brasil perceba que é fundamental que exista protagonismo das mulheres e de pensamentos e de opiniões. Aqui na minha cidade, em Petrolina, nunca tivemos uma mulher ocupando o Poder Executivo municipal. No legislativo municipal estão aqui presentes, e eu tenho orgulho de dizer, que são apenas 3 mulheres dentre 21 dos que foram empossados. Oi?

Desculpa, 23. E para concluir, precisamos informar a respeito de iniciativas realizadas pelo Governo Federal indicadas no dia 8 de março desse ano para que um pacote de medidas contra o combate à discriminação e violência de gênero sejam enfrentadas. Uma delas foi o envio do Projeto de Lei, ao congresso, estabelecendo a obrigatoriedade da igualdade salarial entre homens e mulheres. Para... onde exercitam a mesma função. A outra coisa foram investimentos nas casas da mulher brasileira, através de recursos do fundo nacional de segurança pública. A recriação, porque estava parado, do programa mulher viver sem violência, que prevê a doação de 270 viaturas da patrulha da Maria da Penha em 26 estados e no Distrito Federal. O decreto que regulamenta a cota de 8% da mão de obra para mulheres vítimas de violência em contratações públicas na administração federal direta, autarquias e fundações.



Instituição do dia nacional Marielle Franco, em 14 de março, para conscientizar as pessoas contra a violência política de gênero e de raça.

Ratificação da convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho, primeiro tratado internacional a reconhecer o direito de todas as pessoas ao mundo de trabalho livre da violência do assédio, incluindo a violência de gênero. Criação de política de enfrentamento ao assédio sexual e moral. Discriminação na administração pública federal. Criação do programa nacional de equidade de gênero, raça, valorização das trabalhadoras no Sistema Único de Saúde. Retomada das obras das creches. O número ainda é pequeno, apenas 1.189 creches, a gente sabe que precisa de muito mais porque para a mulher conseguir trabalhar, já que ela é a detentora dos cuidados do Brasil, então elas precisam ter creches.

Abertura de vagas em cursos de programas da educação profissional e tecnológica. Lançamento do edital Ruth de Souza do audiovisual que vai dar suporte a projetos inéditos de cientistas brasileiras para realização de longa-metragem.

Destinação de 2 milhões para programas, para o prêmio Carolina Maria de Jesus, voltado a promover livros inéditos de escritoras brasileiras. Esses são alguns dos programas que o governo está realizando, lembrando que... essa solicitação de todos esses programas que eu citei, além de outros, todos foram iniciativas pautadas pelos movimentos de mulheres que temos--

[Interrupção do áudio]

Inconformado com as injustiças e com as desigualdades, você é uma pessoa feminista e, talvez, não saiba que seja. O que a gente quer, na verdade, é uma sociedade livre de desigualdades e de violência. Obrigada.

[Aplausos]

>>[Mestre de Cerimônia]: Por motivo de saúde da família, gostaríamos de registrar a ausência da Dra. Karina Aragão, ouvidora da mulher do TRE de Pernambuco. Convidamos para a exposição oral neste momento, Lucinha Mota, vereadora de Petrolina. Lucinha Mota da Silva é professora, produtora rural e acadêmica de direito, ativista social e humanitária. Lucinha Mota foi secretária da justiça e direitos humanos em Pernambuco. É suplente de deputada estadual pelo mesmo estado. Investigadora de homicídios formada pela... de Miami. Atualmente, é vereadora por Petrolina. Lucinha Mota tornou-se conhecida pela sua luta pela vida e por justiça em busca do assassinato de sua filha Beatriz Angélica Mota.

[Aplausos]

[Lucinha Mota]: Boa tarde a todas e todos aqui presentes! Quero pedir licença à mesa e cumprimentá-los em nome do Presidente, Desembargador Adalberto Oliveira Lima e no qual foi o meu Relator no meu processo de cota de gênero de 2020 e por conta da decisão que foi recentemente tomada, nos próximos, nos últimos 30 dias, eu estou aqui, representando mais uma cadeira na Câmara de vereadores de Petrolina. Eu



estava, doutor Adalberto, como secretária de justiça e direitos humanos do governo Raquel Lira, lá compoendo mais de 60%, né, das secretarias que o governo do Pernambuco representa hoje, somos representadas por mais de 60% de mulheres, mas eu tomei a decisão de retornar à minha cidade, ocupar essa cadeira legítima e de direito porque a gente precisa fortalecer as mulheres. A gente precisa dizer às mulheres que elas podem estar onde elas quiserem. E eu não poderia, de forma alguma, deixar de cumprir essa missão. Foram quase três mil votos a mim conferidos, né, votos de confiança para que eu pudesse representar essa cadeira aqui em Petrolina, então... queria agradecer ao senhor e a todos os desembargadores que foram, foi unânime a decisão, ganhamos em primeiro grau, ganhamos em segundo grau e, com certeza, conseqüentemente, ganharemos também em terceiro. Quero cumprimentar também a mesa e gostaria que todos e todas se sentissem também representados em nome da promotora Dra. Rosane que é uma pessoa que faz parte da minha história de luta, estivemos juntas ali por quase, acho que 2 anos no inquérito de Beatriz. Então, convivemos muito, não é mesmo Dra.? Obrigada. Eu vou contar um pouquinho do meu testemunho. Não podia perder essa oportunidade, não é, parabenizar o Tribunal Regional Eleitoral por este evento. Porque ele aproxima, ele aproxima a sociedade civil dos poderes e aí abre uma relação, relação de proximidade, de confiança. Por que eu digo isso?

Logo pós a eleição de 2020, eu acho que 2, 3 dias depois eu comecei a receber inúmeras denúncias de vários partidos. Eu cheguei a contar 5 partidos, doutor Adalberto. E ali eu tinha evidências suficientes para ingressar a ação contra todos aqueles partidos. Mas eu não tinha o mais importante, naquele momento, que era o apoio do meu partido, o recurso financeiro para que eu pudesse ingressar a ação contra todos esses partidos que estavam ali cometendo um crime grave. Eu digo grave, na minha opinião, porque é um crime contra a soberania popular. Você fraudar uma eleição, você mudar um resultado de uma eleição, isso é muito grave. Mas, aí eu tive que escolher, porque os meus recursos financeiros não eram suficientes para que eu pudesse ingressar a ação contra todos aqueles partidos e aí eu escolhi um, sou autora desse processo que tramitou aí por 3 anos e que agora, recentemente, o Tribunal deferiu nosso pedido. E esse, esse movimento, ele precisa ser impulsionado. Os poderes precisam chegar até as pessoas porque a maioria daquelas pessoas que levaram até a mim as denúncias, elas não tinham coragem de procurar as instituições para denunciar, para relatar o crime. Algumas conferiram a mim a confiança de poder ingressar essa ação, mas, eu não tive condições. E quando o poder, os poderes, eles se aproximam da sociedade, criam essa relação, as pessoas se sentem mais confortáveis e confiantes de que de fato a justiça vai prevalecer. Eu digo isso porque nosso país, ele é reconhecido lá fora como um país que tem leis, leis que realmente se destacam no combate à violência contra a mulher, né, no combate, não só no



combate, mas na promoção da participação das mulheres na política, mas, infelizmente, são muitas delas, dessas leis, não são respeitadas e de quem compete de fato essa obrigação? Porque nós, mulheres, a gente quer fazer parte, a gente precisa e a gente quer, a gente tem vontade o que a gente não quer é submeter a regras criadas pelos homens, a gente não quer ser submissa ao homem. Nós temos ideias, nós temos projetos, a gente quer ir em um único direcionamento, naquilo que a gente acredita, defender aquilo que a gente acredita. Então, muitas dessas mulheres desistem. Desistem de fazer parte desses pleitos. Porque eu conheci mulheres aqui, doutor Adalberto que não tiveram sequer o direito de escolher a cor do seu santinho para fazer sua propaganda. Porque já vem pronto. O partido já mandou pronto. Até o número, que ela escolheu, veio errado. Então, é isso que nós mulheres não queremos, como diz aqui no sertão, a gente não quer ser bucha de canhão para ninguém. A gente quer participar com efetividade. A gente quer levar para os pleitos ali as nossas ideias, defendê-las e combatê-las.

E o que me motivou a vim, a entrar na política, não foram os meus marcadores sociais, porque eu venho de uma comunidade simples, pobre, sou filha de um vaqueiro aposentado e de uma dona de casa. Estudei a minha vida toda em escola pública. Das dificuldades que enfrentei, que enfrento, muitas dessas mulheres enfrentam também. Mas, não foi isso que me fez decidir fazer parte da política e sim as causas da minha luta que foram 6 anos lutando para que minha filha tivesse justiça. Queria participar, eu queria ter ali a oportunidade de dar a minha opinião enquanto familiar de vítima, de como se constrói políticas públicas para combater o crime, para combater a violência. E eu não tive essa oportunidade dentro do governo, esse distanciamento dos poderes com a sociedade civil, isso é muito grave. E aí eu disse: Pois bem, se tem um método democrático, que eu, que de fato eu possa contribuir é a política. E aí, em 2018, fui candidata--

[Interrupção do áudio]

Tive quase 26 mil e sou a primeira suplente de deputada. E se me perguntar: Lucinha o que é que lhe falta para que você... ocupe? Falta investimento por parte dos partidos. Nós temos leis especiais que deveriam trazer essas garantias, mas quem fiscaliza? Esses percentuais que os--

[Interrupção do áudio]

Constrói essa política diariamente que façam mais vezes essas escutas porque ela é importante, porque nós mulheres queremos sim fazer parte da política e contribuir de forma direta. Eu queria agradecer a todos pela oportunidade e a todas de estar aqui. Obrigada doutor Adalberto e Dra. Rosane.

[Aplausos]

>>[Mestre de Cerimônia]: Registramos e agradecemos a presença de Maria Helena de Alencar, vereadora em Petrolina. Convidamos doutor Luzemberg santos, procurador



da fazenda do município de Petrolina e professor de direito pela FAC APE, para a manifestação oral.

>>[Dr. Luzemberg Santos]: Boa tarde a todas, a todos! Senhor Presidente do TRE Pernambuco, Desembargador Adalberto Melo, a quem eu saúdo toda a mesa, senhores juízes, promotoras--

[Interrupção do áudio]

E aí a Justiça Eleitoral, diante a sua eficiência, a sua eficácia começou a observar isso e aí a Justiça Eleitoral disse: Espera aí, aqui tem uma fraude nessa escolha! Aqui só foi um preenchimento mas, o incentivo maior, que é o mandato eletivo, não está vindo aqui na efetividade. E quem é eleitoralista quando participa lá do nascedouro de uma chapa, sabe que nós temos dois documentos de extrema importância no pedido de registro de candidatura: O drAp, demonstrativo revalidado dos atos partidários e o R R c , com registro e o requerimento de registro de candidatura. E o drAp vou trazer aqui as questões partidárias, inclusive, o preenchimento das cotas tanto as vagas para a cota tal, o número da candidata e esses documentos são entrelaçados. Se o drAp for fraudado, ele tem uma consequência severa que é o indeferimento, o cancelamento de todos os registros, de todos os candidatos que estavam compondo aquele drAp. E como disse o Desembargador Carlos Gil, a Justiça Eleitoral foi evoluindo, alguns tribunais regionais eleitorais vieram trazendo algumas decisões. Lembro bem aqui do Tribunal regional do meu estado, Piauí, que trouxe uma decisão lá na eleição anterior. E o Tribunal Regional Eleitoral, aqui em Petrolina, no caso de Petrolina, disse que aquele drAp foi fraudado e que aquele drAp sendo fraudado a consequência era o cancelamento de todos os registros de candidatura de todos os candidatos daquele partido e, mais ainda, recontar todos os votos agora para definir o novo quociente eleitoral, por consequência, um novo quociente partidário, por consequência, preenchimento de novas vagas. Nós poderíamos, aqui em Petrolina, por exemplo, algum candidato que foi eleito lá na vaga da sobra, diante da decisão do Tribunal, perder a eleição. Só por conta que não observou aquele preenchimento lá atrás na cota dos 30%. E nós estamos hoje aqui não para reprimir, não para punir, o Tribunal aqui hoje está na questão, de forma educativa, pedagógica. E tenho certeza que esse fruto educacional, ele vai nascer lá na próxima eleição. E a lei eleitoral diz hoje o seguinte: Que nas vagas proporcionais, 100% mais 1 das cadeiras a ser preenchidas, Petrolina tem 23 vereadores, 23 mais 1, 24, 30% de 24, 7.2, a lei eleitoral diz que essa fração é igual a 1., então vai para 8. Dessas candidaturas 8 vai para a cota, isso é a cota mínima, nada impede que seja mais. Então, tudo isso para incentivar essa igualdade de gênero. Parabéns Tribunal, na pessoa do senhor Presidente e tenho certeza que dessa audiência nascerão bons frutos para a eleição do próximo ano. Muito obrigado.

[Aplausos]



>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras do doutor Luzemberg santos. Registramos e agradecemos, ainda, a presença do José de Macedo coelho, Presidente da Câmara de vereadores de dormentes. Rafael Antônio Cavalcanti, Prefeito de Afrânio. Raimundo Cavalcanti Júnior, vereador de Afrânio. Flaviano Batista da Costa, vereador de Afrânio. E Maria do socorro nascimento--
[Interrupção do áudio]

>> Boa tarde a todos e todas. Gostaria de cumprimentar à mesa em nome do Desembargador Carlos Gil, vereador... o Presidente do TRE, uma pessoa muito carismática, doutor Luzemberg uma pessoa muito humilde sempre é muito é... receptivo com a gente, quando precisa de algum esclarecimento. E é... também a nossa vereadora, todas as 3 vereadoras, Lucinha Mota, Samara, uma... inspiradora, Maria Helena. E dizer pra vocês que é muito importante essa audiência. Gostaria muito de parabenizar mesmo. Nós nos sentimos amparadas. Infelizmente, a política pública, ela, ela não é assim... vista com bons olhos para as mulheres. Eu posso dizer que eu sou uma vítima das injustiças dos partidos. Quero aqui dizer que na minha primeira eleição eu me candidatei, em 2016, ouvi muitas piadinhas, inclusive: Ah, vai me ajudar, me eleger no partido! Ah, caiu, está caindo de paraquedas na política! Só sabe fazer pastel. Porque eu, como muito orgulho, venho da periferia, criei o meu filho, formei ele fazendo salgados. Não tenho nenhuma vergonha disso. Sou realmente--
[Aplausos]

Representante das pessoas carentes da periferia com muito orgulho e mostrar que lá de baixo nascem sim mulheres que defendem o próximo. E aí é... venho aqui hoje, fui acolhida sim, na política, não posso negar isso, por um grupo muito importante na cidade e sou grata a Deus por tudo, pela coragem, porque é muito difícil você se colocar como política. Porque eu costumo dizer, minha gente, que para estar sentado em uma cadeira, em qualquer órgão, qualquer esfera, não precisa ter força muscular, a gente precisa ter inteligência, ter é... compaixão do próximo, que é uma palavrinha que falta muito nas pessoas chamada compaixão. Quem mexe com o poder público, quem representa as pessoas tem que ter isso em seu coração. Então, eu coloquei o meu nome, estou sim dentro da política, mas no intuito realmente de defender os mais carentes. Obrigada pela oportunidade de estar aqui falando e gostaria de dizer às mulheres que venham sim para a política, venham para ser uma soma na política. Venham para ser mais uma na política, mas não para completar cota de gênero nenhum para ninguém.

[Aplausos]

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras de Maria do socorro de Souza. E dando continuidade, tem a palavra a Desembargadora eleitoral substituta, Diretora da escola judiciária eleitoral, e ex-ouvidora da mulher, Dra. Virgínia Gondim Dantas.



>>[Dra. Virgínia Gondim Dantas]: Boa tarde a todos e a todas! É... inicialmente, quero cumprimentar o Exmo. Sr. Desembargador Presidente do TRE, Desembargador Adalberto de Oliveira Melo e o Exmo. Sr. Ouvidor geral do TRE, Desembargador Carlos Gil, na pessoa de quem cumprimento todos os demais integrantes dessa mesa. E com relação à assistência, quero cumprimentar, especialmente, de forma carinhosa, as três vereadoras que se encontram aqui presentes e que são as representantes do gênero feminino na Câmara Municipal.

[Aplausos]

>>[Dra. Virgínia Gondim Dantas]: Eu aproveitei a ocasião porque vi, eu perguntei também aqui para a minha vizinha, quantas, qual era o número de vereadoras, ela já tinha me dito são 23, são 3 mulheres. Então, fiz rapidamente aqui a conta, mais ou menos 13% de representação feminina aqui na Câmara municipal. E o que é que nós pretendemos também? Mas antes disso, só, só para fazendo esse aparte. Queremos que esse número cresça, essa também é a nossa proposta, nós queremos que pelo menos o mínimo também não seja só o mínimo de candidatura mas que seja também o mínimo que a gente consiga pelo menos equiparar 30% de candidatura feminina eleita em todos os parlamentos, seja aqui, na Câmara Municipal, especialmente, porque serão as eleições findo wars serão as eleições municipais.

Mas, antes disso, retornando aqui ao tema, eu quero dizer que é uma alegria imensa estar aqui é... em Petrolina, uma cidade muito aprazível, agradável, apesar do calor, mas rica, rica em todos os sentidos, rica no pessoal, no calor humano, na hospitalidade e na grandeza também da riqueza que a gente vê aqui na região. Então, parabéns a todos vocês que fazem essa cidade, ou seja um oasis aqui no sertão. Parabéns a todos vocês e ainda mais com a orla maravilhosa junto aí do rio São Francisco que eu achei lindíssima. E quero parabenizar aqui também, especialmente o Desembargador Carlos Gil, por estar tomando essa iniciativa de fazer essas edições dessas audiências públicas e uma coisa importantíssima que eu, não foi dito e eu quero registrar aqui é que ele sempre está fazendo isso de forma a interiorizar essas ações. Primeiro foi em Serra Talhada, em agosto desse ano, a primeira. Depois agora em outubro ele fez mais duas, uma em, se não me engano, Palmares e a segunda em Guaranhuns. E agora, estamos aqui no sertão novamente, em Petrolina. Então eu acho que isso é muito importante. Porque o que é que se quer com isso? Se quer não só interiorizar esse tipo de ação mas interiorizar o conhecimento, a gente compartilhar toda essa temática que vamos dizer assim, não é nova, mas agora ela está na crista da onda e nós precisamos aproveitar, nós temos que difundir e o que é mais importante, a educação. Porque a educação é o eixo fundamental do desenvolvimento de qualquer povo.

E a partir dela a que gente tem condição de quê? De falar, de saber discernir corretamente, da gente poder escolher e essa escolha também é no momento em que



coloca-se então viabilidade de candidaturas femininas para que toda a população, todo o eleitorado possa escolher. Eu tenho uma chance de escolher.

Mas, que são o quê? Candidaturas viáveis, como a... a vereadora Lucinha Mota falou, que elas não sejam só formais, mas que elas sejam reais e efetivas. Efetivas porque também têm que ter a viabilidade de você poder se eleger e não somente você estar com o seu nome lá. E esse apoio precisa de quê? De que passe o repasse efetivo para isso que também tem um horário de propaganda, 30% seja respeitado e nos horários que realmente a gente possa aparecer não só de madrugada, que ninguém vai, vai visualizar, então, tudo isso tem que ser atendido.

São questões importantíssimas. Então eu parableno de novo aqui o Desembargador Carlos Gil. O Presidente do Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, porque ele dá o apoio irrestrito e participa de forma ativa de todas essas audiências. E isso é muito importante.

Outra coisa eu quero dizer é que aqui é uma audiência, não é para a gente estar falando muito não é para a gente escutar vocês, o que vocês acham dessa matéria? O que a gente efetivamente precisa fazer para que essa política afirmativa de gênero ela se efetive na prática? A gente está aqui para ouvir o que vocês, sugestões, o que vocês precisam saber mais?

Como a gente pode ajudar?

Como a gente pode difundir esse conhecimento?

O segundo ponto é que, no momento, eu estou como Diretora da escola judiciária eleitoral do TRE, essa escola, ela tem duas vertentes muito importantes, na verdade, ela tem 4 eixos, mas, 2 eixos bem importantes são o quê? Educação e, o segundo eixo é cidadania. E, justamente, nessa parte é a que gente tenta aproximar o TRE da população. Fazer também o que a... eu não sei uma de vocês disse aí que eu achei muito importante é, acho que foi também novamente a vereadora Lucinha, fazer com que quebre esse gelo, que tenha essa aproximação, que vocês se sintam acolhidos, que vocês... eu tenho como ter acesso ao TRE, eu tenho como fazer perguntas, eu tenho como me esclarecer, eu tenho como saber como as coisas funcionam. Então isso é uma coisa importante. E nossa escola judiciária eleitoral, todo ano de eleição, ela lança cursos, e esses cursos não são apenas é... direcionados para o público interno, quem é o público interno? São juízes e juízas, servidores e servidoras, mas, ela também atinge o público externo, e quem é o público externo, em última análise?

Não são só apenas advogados e operadores de direito, operadores de direito ou, ou estudantes mas qualquer pessoa, candidatos, partido político, pré-candidato, assessoria dos candidatos, das candidatas, então, esse curso, ele, ele tem também várias vertentes. Quais são as várias vertentes a que gente precisa saber e, principalmente, as mulheres, que querem concorrer, que se dispõem a fazer isso? É o registro, passa por todas as fases de registro de candidatura, de propaganda eleitoral,



de "fake news", de cota de gênero, violência de gênero e, no final, prestação de contas. É um curso que é muito bom porque, geralmente, esse curso é dado pelos próprios servidores do TRE, desembargadores e juízes. Ou seja é também uma forma também de aproximação que vocês têm de tirar dúvida, são aquelas pessoas que estão ali que vão melhor poder orientar porque são elas que no final das contas também vão fiscalizar. Então esse curso, geralmente, é a partir do mês de junho, que a gente lança junho e julho. É feito a divulgação, são enviados ofícios para os diretórios estaduais, diretórios dos partidos estaduais, que transmitem para os municipais, mas também em toda a rede social do TRE e da EJE também são feitas essa divulgação desses cursos.

E nós queremos fazer esse curso, no próximo ano, que tenha a maior abrangência possível, porque repetindo o que eu disse anteriormente: O conhecimento, a educação é por onde tudo passa, onde a gente vai poder acertar. Porque se eu sou capacitada e tenho conhecimento, eu não vou errar. A minha tendência é: Estou de boa-fé, que é o normal que a gente vai fazer, sei como é que se faz e vou fazer o melhor possível. E vou lutar pelos meus direitos e pela minha chance também de ter realmente uma candidatura efetiva. Só uma outra coisa que eu também gostaria, que essa semana nós lá na escola estamos fazendo um curso de... de julgamento por perspectiva de gênero. Esse curso foi só para o público interno e, então, tivemos uma aula essa semana com a Desembargadora do TRE do Maranhão.

E teve um caso emblemático que foi julgado agora no dia 29 de agosto de 2023 pelo Ministro Floriano Marques com relação a essa questão de cota de gênero que é uma coisa importante para vocês todos, todos vocês de partidos, candidatos, pré-candidatos, candidatas, prestarem atenção para não errar na próxima eleição e não correrem o risco. Então, é... foi dito lá nesse julgamento paradigmático agora do TSE recentíssimo, porque a gente no dia 28 de... de novembro, ou seja, agosto, setembro, outubro, novembro, dizendo o seguinte: Impõe-se aos partidos políticos o poder dever de garantir que as candidaturas femininas sejam reais e efetivas, minimamente viáveis, com intenção de disputa e obtenção de Seze tô para que possa haver comprometimento ativo com a concretização da política afirmativa de gênero e dos direitos fundamentais. Do mesmo modo que é controlável a análise das condições de elegibilidade, mesmo antes de inseri-las no drAp, de forma a lançar candidatas sem óbice e com viabilidades sob pena de assumir o risco com a produção do resultado. Nesse caso concreto, o que é que aconteceu? Duas candidatas, uma candidata é... apresentou, foi apresentada no drAp e, depois, no R R c , e ela não tinha o comprovante de escolaridade. Uma, e a outra candidata, não tinha é... ela não tinha a quitação eleitoral porque tinha participado da eleição de 2016 e não tinha prestado contas e não tinha a quitação eleitoral. Então, entraram com uma ação, uma ação de investigação judicial eleitoral e a argumentação era: Não atendeu a cota de gênero.



Mesmo que, no momento em que foi apresentado o drAp, no momento foi apresentado o R R c , os 30%, contava com os 30%? Contava mas acontece que, posteriormente, durante a tramitação do processo, o que é que aconteceu? Duas, dois registros de candidaturas caíram.

Caíram e ele disse: Então, na hora que caiu, não está, não pode contar porque você não teve tempo hábil e não substituiu e tendo ou não tendo tempo hábil não houve a substituição, não houve também a desistência da quantidade do... do gênero masculino para igualar o feminino e terminou ficando 27% apenas de candidatura feminina. E então, na origem, lá em Timor no Maranhão, em Timor no Maranhão, foi julgado improcedente, o TRE também manteve a improcedência e teve um voto divergente dessa juíza, juíza Lavínia Macedo. E quando foi em sede de recurso especial eleitoral, o TSE manteve, deu provimento, mantendo o voto divergente dessa juíza dizendo: Olha, teve sim, nesse caso, ofensa à cota de gênero.

Mesmo que tivesse os 32%, porque era 32%, no início, lá no drAp e no R R c . Mas durante o procedimento você assumiu o risco do resultado por quê? Porque você lançou candidaturas inviáveis, porque tanto a candidata quando o partido sabiam que não tinham como progredir se não tinha o comprovante de escolaridade e não tinha a quitação eleitoral por conta dessa prestação de contas da eleição de 2016. Nesse caso, foi com relação a 2020. Então, em conformidade com esse posicionamento, restou assentado que: Se houver dúvida sobre a viabilidade de alguma candidatura lançada, a concretização do princípio da igualdade nas disputas eleitorais, impõe que essa candidatura seja decotada do mínimo legal é de se dizer se o partido assume o risco de lançar candidata potencialmente inelegível, ou mesmo sem reunir condições de elegibilidade, deve fazê-lo apenas se e quando já garantida a observância do mínimo legal com candidaturas juridicamente híidas ou sobre as quais não haja questionamento jurídico. Ou seja, você não lança um mínimo, você coloca então pra você se resguardar muito mais do que o mínimo, do que o piso que são os 30% no momento que você lançar o drAp ou o R R c .

Assim, se lançar só o mínimo legal, sobrevivendo o questionamento à candidatura do gênero sub representado o partido deve, se ainda viável, a substituição nos autos do drAp, para fazer as adequações necessárias à proporção mínima de candidaturas masculinas e femininas, e não fazendo a tempo e modo, e se não tiver mais tempo de fazer também, porque nesse caso aqui não tinha mais tempo de fazer, as candidaturas femininas juridicamente inviáveis ou com razoável dúvida sobre sua viabilidade, podem ser consideradas fictas para fins de apuração da alegada fraude de gênero ao disposto no art. 10, parágrafo 3º da lei 950 4, pode entD importar em caso de questionamento judicial em cassação dos mandatos dos candidatos vinculados ao drAp, como o... o senhor estava falando. Então, ou seja, aqui ele foi mais além, o TSE, ele está exigindo: Fiquem ligados porque se tiver esse artigo que não foi obedecido



desde o início, que não houver tempo, mesmo que não tenha tempo vai cair na cota de gênero e todos, inclusive os eleitos o drAp vai cassar todos. Assim para a concretização dos vetores da igualdade da representatividade eleitoral, recomenda-se que os partidos políticos lancem candidaturas do gênero feminino sempre em patamar superior ao piso legal de 30%.

Então, eu espero que, no próximo ano, quando lançarmos os cursos, todos que estiverem interessados, ADIR am, vai ser feita essa divulgação prévia no... em todos os canais do TRE, que eu acho que as redes sociais, instagram e... e eu não lembro agora a outra. E, serão muito bem vindos.

E, outra coisa, hoje, nessa audiência pública, quais são as sugestões de vocês? O que é a que gente tem que fazer para melhorar?

O que é que vocês precisam é... para incrementar essa política afirmativa de gênero? Deem a opinião de vocês que vai ser muito bem acolhida e com certeza o Desembargador Carlos Gil vai tentar implementar e a gente melhorar. Inclusive lá na EJE também com os cursos a que gente pode ofertar para o público externo. Muito obrigada.

[Aplausos]

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras da Dra. Virgínia Gondim e pedimos, por gentileza, que os participantes limitem o seu tempo de manifestação oral em, no máximo, 5 minutos. Convidamos Edna da paixão santos, representante do PTB mulheres de Afrânio.

[Aplausos]

[Edna paixão santos]: Boa tarde!

Início cumprimentando a mesa na pessoa do senhor Desembargador senhor Adalberto e da Desembargadora viro Virgínia e Dra. Rosane, e cumprimento todas as mulheres e os presentes. Me chamo Edna é... peço permissão para dizer quem eu sou. Não é? Sou Edna, sou quilombola, do quilombo boa vista, em Afrânio, Pernambuco. Sou pedagoga, com especialização em arte, educação e cultura. Sou técnica em agroindústria e serviço público pelo instituto federal. E... é... sou ativista dos direitos humanos, do clima e do meio ambiente. Hoje, estou como membro do coletivo nacional de mulheres da CONAC, que é a coordenação nacional de articulação das comunidades negras rurais do Brasil. Do Conselho Estadual de mulheres, eu e a Dra. Socorro estamos ali. Já fui conselheira tutelar, no meu município, ali em Afrânio. Escritora também, já consegui... escrever dois livros.

E dizer de que o meu maior título é ser uma mulher negra, quilombola rural. Digo isso para retomar o tema dessa audiência, que é a questão de cota de gênero e violência política. É... muito oportuno essa audiência, no momento que antecede um período eleitoral. E a gente já vivencia, no nosso dia a dia, essa violência de gênero. E quando se avizinha esse período eleitoral, ela se manifesta de uma forma mais violenta.



E eu observava, atentamente, as palavras do Desembargador doutor Adalberto de Oliveira Melo, quando fez a sua fala citando números, gráficos, estatística e aí... eu fiquei ali pensando na questão da violência que sofreremos. Ainda hoje, doutor Adalberto, os gráficos, os números que são--

[Interrupção do áudio]

Precisamos ocupar esses espaços... precisamos ocupar esses espaços com a nossa cultura... com os nossos corpos, com os nossos modos de fazer política... digo isso também... para dizer que... de que... a própria Justiça Eleitoral, ela possa ser mais diversa porque não podemos falar de nós sem nós. Nós podemos falar por nós, então nós somos sub representados nesses espaços de poder também e aí a gente precisa ter a humildade de reconhecer que somos sub representadas em todos os espaços de poder.

Então... é... quero agradecer imensamente, né, a oportunidade e dizer de que... de que mesmo nesses espaços quando nós tomamos a liberdade de alçar as nossas vozes, muitas das vezes somos interpretados como aqueles que sempre está com mimimi, né? A questão do mimimi não é isso, é porque somos raivosos, mas não é verdade. Somos seres humanos e somos merecedores de direitos e temos os nossos deveres, então precisamos também dos nossos direitos.

Obrigada.

[Aplausos]

>> Agradecemos as palavras de Edna da paixão santos.

E convidamos Maria perpétua Rodrigues, representante do partido socialismo e liberdade, PSOL.

[Maria perpétua Rodrigues]: Boa tarde a todos e todas e todes....

[Interrupção do áudio]

Eu vou falar um pouquinho também assim porque a violência a violência da mulher no gênero não está só na questão eleitoral também nas entidades, das instituições, eu, por exemplo. Eu sou perpétua, fui coordenadora de um sindicato a nível estadual, a segunda maior categoria do estado de Pernambuco por dois mandatos e enfrentei muita discriminação por ser mulher, negra, pobre e sair do esquerdo ao para conduzir uma instituição. Mesmo assim eu não desisti, fui perseguida. Inclusive por mentiras, porque, infelizmente, nós vivemos no país e no mundo que a mentira parece ter mais valor do que a verdade é isso que a gente tinha que desconstruir. Porque às vezes quando a mentira é falada várias vezes, mesmo falando a verdade a mentira ela prevalece mais. É isso que a gente tem que combater no nosso país a questão das mentiras. E no entanto, mesmo com essa perseguição, ainda vem pessoas dizer: Mas você, perdeu a eleição? Não entrou em depressão?

Aí eu disse: Não, eu não estou para pelo poder eu estou disputando uma eleição não é porque eu não perdi quem perde é a categoria porque eu... eu estava à frente de



uma classe trabalhadora, lutando... né? E eu... a gente quando estava... na frente... a gente não lutava só pela questão salarial, a gente lutava pela questão da saúde pública, no estado de Pernambuco, a gente teubh articulação... com o Ministério Público... denunciava a situações.

E aí... eu por exemplo até os meus 33 anos era cega não entendia nada.

Eu sempre digo isso.

Que, às vezes, as pessoas, a gente tem que buscar e através das... desses eventos através de congresso, através de participação que a gente começa, realmente, através da formação e informação.

E é isso que nós precisamos. Aqui na nossa cidade Petrolina eu ouvi uma fala no grupo que me indignou. Um certo senhor disse, um grupo que tem ali em torno de 300 pessoas: As mulheres são tão inteligentes que só tem... duas na turma. Isso eu peguei e coloquei no grupo do fórum de mulheres que a gente criou dizendo: Tá vendo, mulheres, isso é um desafio! A gente precisa se impor e a gente precisa combater isso.

Porque nós, mulheres, somos capazes tanto quanto os omos homens. Nós somos capazes de estar em qualquer lugar, de administrar, porque eu, por exemplo, fui uma administradora de sindicato, quando eu entrei no sindicato só tinha 2800, eu deixei 10.800 filiados. Então é isso a que gente precisa combater. A outra coisa, que eu queria deixar, eu acho que muitas mulheres, principalmente da periferia, não está aqui e é uma sugestão que cada evento desse tivesse o momento de... de... de colocar as crianças.

Porque, muitas mulheres não estão aqui porque não têm com quem deixar seus filhos, principalmente as mulheres da periferia. E aí a sugestão é essa quando for fazer os... que coloque um ambiente para que as crianças... possam ficar e essas mães possam participar.

E parabeno, porque isso aqui é importante, é o primeiro momento e eu acho que isso deve ter mais eventos de promover... esse debate e incentivar as mulheres de participar. E não ser laranja em nenhum partido. A gente tem que combater isso, às vezes as mulheres são obrigadas a se candidatar e tem outra nós não temos que aceitar o homem dizer que nós temos que ser candidatas não, nós é que temos que decidir se eu vouou não ser candidata. Não é o partido dizer: Ah, você vai e fulano vai. Não, fulano não vai não. Eu vou se eu quiser e estiver disponível para ser candidata.

E é isso que a gente tem que combater.

Então... a gente está aqui, nós temos aí 49 deputadas só temos 6 Deputados no estado de Pernambuco. E para finalizar existe uma uma coisa também que isso pesa é a desigualdade financeira. A desigualdade financeira, a compra de votos... porque, infelizmente, existe... e isso acho que é... TRE as instituições precisam combater eu digo porque a última vez que fui candidata disseram pra mim, 150 pessoas, aí não...



um dia antes faltando uma eleição, a pessoa diz: O pessoal está aqui atrás de mim. Eu disse, mesmo se tivesse dinheiro não ia dar. E, segundo, estão se corrompendo também, a partir do momento que eu vendo o meu voto eu também estou sendo corrupto. Eu disse: Vote em quem quiser e quem quiser dar o dinheiro.

Porque... eu, infelizmente, eu não vou querer esses 150 votos que vocês estavam me apoiando. Então é isso, minha gente.

Nós, precisamos também combater essa questão da... da venda de votos da compra de votos.

Precisamos sensibilizar a população... que temos que votar porque... por exemplo, eu estou candidata não é por salário mas sim por estar no lugar, por estar no espaço para fiscalizar... para... para cobrar e para propor... e ajudar a população... mas, infelizmente, a gente não chega lá por essas duas questões desigualdades e compra de votos, infelizmente a gente está obrigada por esse momento .

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras da Maria perpétua Rodrigues e convidamos Gilmar dos Santos Pereira, Governador do... Petrolina para a exposição oral.

[Gilmar dos Santos Pereira]: Obrigado eu quero aqui cumprimentar todas as pessoas presentes, cumprimentar a mesa... fazer esse destaque cumprimentando em nome das mulheres que estão na mesa, iniciando aqui pela Dra. Virgínia, Desembargadora, Dra. Rosane Amorim, promotora aqui do nosso município, cumprimentar a Dra. Débora Cerqueira que representa a OAB Pernambuco.

E a Francinete que representa o conselho municipal da mulher.

E quero cumprimentar nas pessoas da vereadora Maria Helena, Samara da visão, Nicinha Mota minhas colegas do parlamento, assim também como cumprimentar na pessoa socorro elas Ertha e são mulheres que representam essa luta política no nosso município. E dizer ao aos desembargadores, Desembargadoras, representantes da Justiça Eleitoral, o quanto é bom a gente estar participando... desse evento, dessa atividade.

Iniciar parabenizando... o TRE por essa oportunidade para trazer a mulher para que a gente debata as políticas públicas para assegurar direitos que são lutas históricas das mulheres. A gente não vai conseguir avançar com a democracia sem ter a igualdade de oportunidade e nesse particular... a igualdade... não é possível que esse país continue... em pleno... séc. XXI, no ano de 2023 ainda com subo rb ações femininas de maneira muito particular, como salientou a Dra. Edna, eu quero cumprimentar e parabenizar quando se trata de mulheres negras, haja vista a estrutura racista que nós temos na nossa sociedade e que lamentavelmente permeia todas as instituições permeia a nossa sociedade.

Mas eu gostaria aqui... de... de fazer alguns destaques... e reflexões... sobre... sobre todo esse processo histórico que... que envolve a luta das mulheres... e aqui eu quero



pedir licença... a vocês mulheres... para poder também... trazer essas informações... no sentido da solidariedade, porque a luta... a luta em defesa dos direitos das mulheres não é só das mulheres.

Mas, de toda a sociedade. Aqui dizer que nós temos pela primeira vez, depois de tantas décadas de estado de Pernambuco... pela primeira vez a gente tem uma mulher governadora.

Há quanto tempo as mulheres vem contribuindo com o estado de Pernambuco.

Em Petrolina, nós temos... 128 anos...

E até hoje não temos uma prefeita mulher.

O que é lamentável.

E representa um atraso... para a nossa democracia.

Né?!

Dizer que no nosso parlamento, como bem já colocaram aqui... nós temos... apenas 3 mulheres... dentro do município, segundo os dados... do IBGE, uma aproximadamente 52% da população feminina.

O que é motivo de constrangimento para todos nós que nos preocupamos com essa democracia... assim como temos no estado de Pernambuco aproximadamente 53%.

E aqui eu quero fazer um destaque e pedir licença para uma breve leitura de um texto. Um texto que diz o seguinte... fica proibido... em todas as unidades escolares da rede de ensino público-privada... do município à utilização, elaboração, publicação, exposição e distribuição de qualquer livros didáticos ou não tivessem ou se referiram direta ou indiretamente sobre ideologia de gênero, diversidade sexual... e educação sexual fica proibido, desculpa, a responsabilidade direta pelo cumprimento dessa lei recair Ha solidariamente a dirigente... da unidade escolar... ao diretor... na estrutura funcional e hierárquica... da Secretaria de Educação e... e o Secretário titular... da educação. É apenas um artigo de uma Lei Municipal, devo dizer aos senhores e às Senhoras que não se trata de nenhum município do Afeganistão. De nº 2985/2017 do município de Petrolina.

Uma lei... que... que... constrange,, reprime... ameaça... o direito das mulheres de serem mulheres em qualquer espaço, onde elas queiram ser mulheres.

Essa Lei Municipal, nós denunciemos o projeto, em 2017... lamentavelmente a Câmara Municipal de Petrolina aprovou... por maioria... foi sancionada pelo Prefeito... e para constrangimento... da Câmara e do município, o Ministro Marco Aurélio do Supremo Tribunal Federal, apontando inconstitucionalidade dessa lei. Esse espaço aqui, doutor Adalberto, Dr. Carlos Gil, Dra. Vir Gil ia e demais autoridades é um espaço pedagógico, um espaço que expressa compromisso com a democracia, ouvir a sociedade, exercitar para que a gente tenha justiça na sua efetividade, não se faz Poder Judiciário sem justiça social é exatamente os exercícios que os senhores e as



Senhoras estão fazendo nesse momento e convidando a sociedade a... a assumir esse compromisso.

Eu tenho uma alegria de estar... em um partido, Partido dos Trabalhadores e das trabalhadoras que foi fundado em 1980 mas ali naquele momento as mulheres do PT fizeram um movimento exigindo participação igualitária.

E seis anos antes da lei 9504/97 o nosso partido já estabeleceu 30% de cotas para as mulheres em todas as instâncias partidárias. Era uma forma do partido dar tempo nessa luta... pela democracia que é muito importante que a gente assuma esse compromisso a partir das bases fundamentais eu sou professor assim como vários e várias aqui devem ser também. Mas eu penso que é fundamental que a gente implemente e efetive ações para que as futuras crianças apreendam desde cedo o compromisso de defender o direito das mulheres, a equidade, a justiça social dizer que a mulher vai estar onde ela quiser e queremos sim mais mulheres em todos os parlamentos e nesse particular no parlamento aqui do município de Petrolina e dizer da nossa alegria de termos aprovado na Câmara Municipal, a gente lamenta mas também celebra nós aprovamos em 2020 o estatuto da igualdade racial e de combate à intolerância religiosa.

Esse estatuto prevê... 30% de vagas em concursos e seleções aqui no município de Petrolina eu fiquei muito feliz... quando no ano passado SEMA um edital aqui algumas professoras me ligavam dizendo que estavam comemorando a aprovação porque elas aderiram a cota e a partir daí a gente vai ter mais mulheres negras participando desse processo da democracia na rede municipal de educação. Então eu quero aqui mais uma vez parabenizar e fazer a sugestão, Dra. Virgínia.

Nós tivemos aqui... um exemplo concreto... da colega Lucinha Mota.

3 anos aguardando o resultado da justiça, então a sugestão é que o Poder Judiciário construa mecanismos de celeridade quando envolver o direito das mulheres e nesse particular a lei 9504 para que a gente não tenha mulheres com tantos prejuízos, podendo estar contribuindo com a nossa sociedade mas sendo vítima de alguma forma dessa morosidade do Poder Judiciário e nós sabemos existe uma sobrecarga também mas é muito importante que a gente se debruce em construir esses mecanismos de celeridade. Então eu quero parabenizar a todos, todas e todos. Espero que a gente continue construindo a nossa democracia. Muito obrigado.

[Aplausos]

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras de Gilmar dos Santos Pereira. Convidamos Maria Helena de Alencar, única vereadora mulher com 6 mandatos, Diretora da confederação de mulheres e Vice-Presidente da federação de mulheres de Pernambuco.

[Maria Helena Alencar]: Muito boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a mesa com o presente isso do nosso Desembargador como questão de solidariedade como a



nossa querida Desembargadora tão bem interpretou o significado dessa palavra, eu queria continuar por sermos ainda minorias, quando formos maioria a gente vai porque somos maioria, mas ainda somos minoria de mulheres então--

[Interrupção do áudio]

Parabenizar e reconhecer o Tribunal, o papel importante e inovador é... do Tribunal eleitoral de Pernambuco... na pessoa do Desembargador e Presidente Valdemar de Oliveira, cumprimentar também o doutor que fez uma fala que sintetizou esse... esse encontro também sbArD eu tentei o Gilmar disse o nome dele, me perdoe eu esqueci o nome do senhor, Dr. Carlos Gil Desembargador. Queria cumprimentar também o nosso Presidente do Poder Legislativo municipal aero cruz, cumprimentar as companheiras, lideranças maravilhosas que aqui se pronunciaram e nome de socorro Lacerda e de Goretti, liderança histórica... gostaria de poder cumprimentar tanto as mulheres empoderadas que tem aqui... porque as mulheres empoderadas... minha querida Lucinha Mota... e minha querida Samara vereadoras companheiras não são aquelas que conhecem as coisas são aquelas que têm capacidade de empoderar outras porque mulheres não andam sozinhas, e aí Gilmar falou bem, os homens também são grandes companheiros, lutadores parceiros na luta pela... pela... pelo... pelo... pelos direitos e garantias... de todos enquanto excluídos... principalmente das mulheres minhas Senhoras e meus senhores, uma alegria enorme... testemunhar momentos como esse.

Ontem nós tivemos aqui o Tribunal de Contas de Pernambuco. Fazendo a inauguração da nova inspetoria de Petrolina algumas coisas novas que a presidência do Tribunal de Contas do Pernambuco, implementou no estado principalmente a questão da humanização da descentralização e da prevenção ao que a gente vê aqui é um pouco de tudo isso, a dona Virgínia falou bem, bem e nos instigou a aproveitar em momentos como esse a deixar os nossos questionamentos, as nossas sugestões e nossas provocações e até cobranças. Apresentar de uma forma bem formal para quem estiver acompanhando pelo canal da internet. Eu sou Maria Helena de Alencar, vereadora dessa cidade, sou loira, olhos claros, 1,54 sou uma pessoa que antes de ser vereadora atuava nos movimentos sociais, conheço soDZ e estou credenciada, estive e estou e estarei sempre credenciada, Rosarinho, a nossa secretária da mulher que está aqui, que ainda não foi registrada e vale o registro.

Porque ela é uma combativa como todas nós mulheres que estamos aqui eu queria deixar registrado uma coisa que me incomoda com relação quando dizem que nós mulheres não temos protagonismo, nós é que temos protagonismo. Porque está nas instâncias de poder doutor Valdemar sendo minoria como somos, enfrentando todas as adversidades não de maldade, porque... porque é uma construção patriarcal a questão da educação do machismo, eu não posso ter os machistas... como... como inimigos... nós temos que educar esses machistas porque... porque eles e nós...



quantas vezes nós mulheres... não nos pegamos... com atitudes um tanto machistas e imediatamente a gente vai dar reflexões, meu Deus eu não posso mais pensar assim. Será que Maria Helena que nasceu nos anos 50... não teve orientação, orientações altamente conservadoras e que... de uma forma ou de outra... é por melhor... por mais bacana que fosse o meu pai, o om unidade iô grande granja de Alencar, Maria do socorro granja, um caso altamente exemplo, nada conservadores, altamente bons padrões, pelo contrário, combatia minha mãe... ela ainda era da época... que tinha... mulheres negras na cozinha de minha avó... e elas não passavam na sala... e depois de minha mãe... as mulheres passaram a entrar pela sala de estar... e a chamar as pessoas pela irem à mesa... de uma forma natural e não escondida. Sinhozinho o almoço está servido, sinhazinha está chamando. Então minha mãe já combatia isso eu já peguei esse lado dela, mas tinha outros... tinha outros... outros comportamentos... que à época admitia... e que não sinalizavam... ainda como sintomas... de agressão, né? De violência... não só a questão da mulher, mas a questão também da criança, da educação... a questão do tratamento do idoso, portanto... nós somos, minha examino rinha, nós somos colegas vereadoras Lucinha e... e Samara... nós somos Edna, nós somos protagonistas... porque nós aqui no interior de Pernambuco... é... tem uma frase que diz assim: Somos brasileiras e aí eu digo: Somos brasileiras pernambucanas... sertanejas, herdeiras das lutas das mulheres de todos os tempos, vamos tirando as pedras do nosso caminho uma a uma.

Né?!

E construindo... e tecendo... um mundo para tecermos o mundo melhor, né?

De igualdade, de fraternidade, de justiça social.

E aí... para não tomar mais tempo eu teria muita coisa para falar aqui a gente termina... mas eu ouvi tanta, tantas coisas aqui mas eu queria deixar... deixar também aqui minha contribuição Dra. Virgínia, eu queria dizer que durante esses 6 mandatos o que eu mais, e olhe que eu estou no município aonde eu faço parte de um grupo que eu tenho voz e tenho vez, mas também me impus ao longo desse tempo fui aprendendo a me impor diante dele. Mas a gente enfrenta dificuldades não só a partir de financiamento, dos financiamentos de campanha.

Mas, o direito à fala quando é a política, a vereador que fala, os colegas já viram a cadeira, já viram a cadeira já vê a questão do tempo.

As falas já não têm aquele significado... né? Se ela fala... se ela fala mais alto é porque é neurótico é porque é desequilibrada... o homem pode brigar e espernear... e depois está tudo bem. A mulher quando fala mais severamente ela é taxada... isso é um tipo de violência.

De violência política...

Então... a minha provocação é um pouco parecida com as que já houveram aqui, principalmente do Gilmar. Seria essa celeridade.



A fazer com que os... eu fui candidata a deputada... hoje eu sou suplente, eu estou como primeira suplente do união Brasil... é... tive... tive quase 19 mil votos, quase 19 mil votos.

Enquanto colegas que hoje são deputadas, como eu, na mesma condição de... que eu... teve direito a um milhão e cem, está lá na prestação de contas dela... Maria Helena teve direito a 72 mil reais.

E mesmo assim, cheguei a 19 mil votos, então quem tem voto é Maria Helena, né? Porque não teve dinheiro e chegou a 19 mil votos.

Portanto, eu queria... deixar aqui... essas contribuições... as colegas vereadoras que se candidatam, Goretti que tem aí 500, 700, quem tem voto são as Senhoras, somos nós porque estamos aí lutando contra todo o sistema, contra toda uma diversidade, contra e ao mesmo tempo... chegamos a isso.

Graças a Deus, nesse caso, eu não... não posso reclamar muito não porque eu sou muito, eu estou com os meus... 66.9, mas tenho uma saúde de ferro, eu faço a agenda todo dia de manhã, de tarde de noite.

Se eu parar, aí sim aí eu adoeco, eu sou muito trabalhadora e aí... eu sempre estou nas cabeças, doutor Valdemar, sempre me elejo nesses 6 mandatos nas cabeças, mas não é comprando voto. Agora, entendo que campanha política precisa de dinheiro para você botar a sua... a sua legalmente, dinheiro legal, botar a sua campanha na rua, então... eu queria me despedir e já fui admoestada aqui no tempo, deixando essa provocação... que... que a... os financiamentos de campanha sejam mais igualitários, sejam iguais... que a lei... 14129/2021, que criminaliza, que criminaliza a violência política de gênero, ela seja bem observada, parabéns Lucinha!

Mas, que outros processos não demorem tanto quanto o seu, muito obrigada e boa tarde a todos e a todas.

[Aplausos]

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras da Maria Helena de Alencar. Registramos e agradecemos também a presença de Maria do Rosário Helena Macedo coelho. Secretária executiva de desenvolvimento social e direitos humanos de Petrolina.

Convidamos Isabel Macedo, a coordenação da federação rede PSOL.

De Petrolina e coordenadora adjunta do conselho popular de Petrolina.

>> Boa tarde a todas, a todos e a todos, cumprimento a mesa em nome de todos os seus componentes principalmente as mulheres, parabenizo e agradeço pela grande oportunidade e cumprimento também a todo esse grande auditório presente em todas as pessoas.

[Isabel Macedo]: Prova que esse tema é muito importante, muito oportuno de muita necessidade. E dizer que a violência de gênero, a violência política ela passa por outros tipos de violência. E aí... é... o TSE, TR Esai na frente com esse grande debate,



mas já deixa uma sugestão para quem tem é... as instituições aqui presentes, principalmente as governamentais promoverem debates como esse dentro dos seus próprios espaços e respeitem a... a posição da sociedade civil tão massacrada, tão naon MADA, tão sofrida é... nesse imenso Brasil e nessa cidade de Petrolina. Uma cidade com tantas oportunidades e quando a Dra. Estava falando imagine a violência que uma mulher sofre, graças a Deus, com o governo novo, com o governo Lula, avançamos muito. Mas, imagine que violência a mulher querer se candidatar e ela não saber assinar o nome.

E olha que não é culpa dela não, viu?

E... é inadmissível que situações como essa ainda tenha, nesse município, então nós seremos incompetentes se não resolvermos e aí... somos todos nós, vocês estão fazendo sua parte que é promovendo--

[Interrupção do áudio]

Ser vistas e que essa sociedade seja mudada. Quantas pessoas nesse horário gostariam de estar aqui... mas têm que trabalhar, trabalhar fora, então, seria uma outra sugestão. Se der para promover, talvez, em outro, em um dia sei que todo mundo já é muito ocupado, mas que possa facilitar também os acessos e que as instituições divulguem, ajudem também a quem vai fazer isso de forma tão séria a ser divulgado para dar oportunidade às pessoas de participarem cada vez mais.

Nosso partido é um partido que tem dado oportunidade, é conhecido por valorizar as minorias, as diferenças e eu me orgulho muito, o partido PSOL, do qual hoje eu faço parte e tudo o que fizer vai ser pouco e que a justiça seja feita em todas as instâncias, que a justiça não seja feita de um lado e não do outro, mas que a justiça aconteça que os processos tenham celeridade, mas que as instituições funcionem para que foram feitas, criadas, porque a política não foi feita para enriquecer e nem ninguém nascer e morrer no mandato, mas, para melhorar a vida do povo. Esse é o sentido da verdadeira política, minha gente, e é por isso que nós fazemos política aqui nesse município, no estado e no Brasil e quem conhece sabe, a gente faz, com as nossas forças, com os nossos recursos, sem é... nenhum interesse que não seja de dignidade e com muito orgulho, com muita honestidade e Deus nos sustenta e nos sustentará.

Muito obrigada, muito obrigada mesmo! Gratidão a todas e todos por esse grande evento!

[Aplausos]

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras de Isabel Macedo e convidamos Ricardo banana, gestor do blog do banana.

[Ricardo banana]: Boa tarde, queria aqui agradecer a iniciativa do TRE de Pernambuco, através do Dr. Alberto Melo, e também Dr. Carlos Gil Desembargador e represento essa grande instituição. O vereador Gilmar santos me contemplou no final da sua fala sobre essa questão da morosidade dos processos. Ainda bem, Lucinha



que você não foi como a Presidente Dilma, né, que terminou o seu mandato, né, e, depois, foi inocentada das pedaladas fiscais. Então, Dr. Carlos, Dr. Alberto, a gente questiona essa morosidade do Poder Judiciário porque... porque prejudica, não é, a pessoa que... que ganhou e também a que impetrou com o processo, porque no caso aqui de Petrolina onde Lucinha Mota assumiu o Júnior gás tinha uma candidata, né, candidata laranja, não é do partido, pedindo voto para ele e foi juntada as provas nos autos. Só que, esse camarada ficou no poder, na Câmara Municipal de Petrolina, 80% do seu mandato, entendeu? Então, a mesma lei que pune, ela é uma lei branda também, entendeu? É uma lei boa, porque a lei, lá no início, nas provas indiciárias no processo deveria constar o quê?

Beleza, você vai responder no mandato, mas, se você for condenado, você vai ter que devolver todo o erário público, porque aí você reprime o camarada. Porque a lei dá muita abertura eu sei que é um processo legal.

Mas isso é uma sugestão que o Poder Judiciário possa levar ao Congresso Nacional, ao próprio TRE para que possa corrigir esse erro, entendeu? Então as mulheres questionam aqui muita questão da participação, mas eu vi foi Dr. Carlos, ouvi hoje o Dr. Carlos falando na rádio sobre a questão do partido da mulher brasileira, que é um partido que é presidido por um homem, eu queria saber se esse partido se tivesse só candidata mulher se vai ter que ter a cota masculina também dentro do partido. Vai ter que ter também?

Então, assim, são essas coisas, que a gente tem que debater e levar como sugestão porque se tem um partido, oficializado, homologado, com o seu estatuto, com suas regras, que é o partido da mulher brasileira, ele deveria, né, as mulheres deveriam fortalecer, inclusive, esse partido aqui na cidade de Petrolina, entendeu? Porque elas já têm uma legenda que têm a nomenclatura das mulheres. Então eu queria parabenizar essa iniciativa do TRE, de se aproximar mais das instituições da sociedade. E que esses debates possam ser também ampliados. Vi a Dra. Ali que eu esqueci agora a Dra.... que falou sobre a questão da capacitação dos treinamentos que vão vim, né? Isso é importante também. Que os partidos possam também levar os seus pré-candidatos para participar para que ninguém seja enganado. No final, às vezes você ganha a eleição e não leva. Às vezes tem a impugnação, o registro da sua candidatura então... fica aí o meu abraço a todos aqui, acho que foi um evento bastante positivo, quando eu coloquei essa questão da Presidente Dilma também foi outro processo injusto que houve no Brasil, né?

As pedaladas fiscais, depois ela foi isentada de todo o processo, mas já fora do seu mandato, né? Ainda bem que está hoje à frengt frente do banco BRICs, representando o nosso país para que a gente possa desenvolver a nossa nação, fica aí o nosso abraço. Queria aproveitar a assessoria da comunicação TRE e pega o nosso e-mail



para mandar as informações para que a gente possa difundir aqui no meio da periferia da nossa cidade. Valeu, Presidente aero, um abraço!

[Aplausos]

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras de Ricardo banana e convidamos Fábio Rangel, Presidente do agir 36 de Petrolina para a exposição oral.

[Fábio Rangel]: Boa tarde a todos e a todas é... eu queria saudar a mesa aos senhores e as Senhoras em nome do... do nosso vereador aero cruz, Presidente da b Câmara Municipal. A todos e em nome da professora Rosarinho eu queria saudar o público, fazer só uma correção banana em cima da sua bala, é Presidente nacional do PMB é uma mulher, ela é... os diretórios podem ser homens, mas... porque foi oferecido, foi oferecido esse partido porque a gente faz parte, faz política, né, nos bastidores e esse partido foi oferecido a gente, para a gente assumir aqui no estado é um... é um... é um Presidente homem, mas a nível nacional é a Sued rádio ar que é uma maranhense... moradora do Rio de Janeiro.

A minha voz aqui... a minha fala aqui é só para tirar uma dúvida senhores.

Eu sei que o... a mesa pode até não me responder nesse momento, mas a gente que faz partido sempre cria essa dúvida e a gente quando vai montar um grupo, a gente tem que levar a transparência para todos. E a minha pergunta é: Para o público LGBT, se assim possa dizer, quando o homem trans ou uma mulher trans vai fazer a sua inscrição no partido para concorrer a eleição municipal, ela vai entrar em qual cota? Ele vai entrar em qual cota? O homem trans entra na cota da mulher ou a mulher trans entra na cota do homem? Essa é só a minha explicação--

[Interrupção do áudio]

O homem trans e a mulher trans vai entrar no partido, se é na cota da mulher ou se é na cota do nome social deles ou é se na cota do nome de registro, muito obrigado.

[Aplausos]

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras de Fábio Rangel e convidamos...

[DES. CARLOS GIL RODRIGUES FILHO]: Eu peço apenas para responder a pergunta da pessoa que vem contribuindo na tribuna, essa questão, ela deve ser formalizada ao Tribunal pela via própria da consulta. Eu penso que... que avisaram isso ao senhor, é porque nós não podemos, regimentalmente, apresentar uma resposta, ter uma resposta pronta, cravar algo aqui. Mas, em regra geral, em linhas gerais, eu digo que é... a gente é aquilo que a gente se anuncia ser. Então, no seu caso, eu penso que você é uma pessoa... é... hétero, heterossexual, sim? Hétero. Então você viria para a cota masculina. Muito obrigado.

>>[Mestre de Cerimônia]: Obrigada Desembargador Carlos Gil. Convidamos elo edifício da Silva da liderança comunitária.

[Aplausos]



>> Boa tarde ou boa noite, acho que ainda é boa tarde. Eu vou ser bem rápida, me perdoe porque... são tantos nomes mas eu queria cumprimentar a mesa e o público, o nome do Desembargador doutor Adalberto, não é isso? Pronto, para me otimizar o tempo. E aí eu agradeço o espaço que foi aberto no final.

É... eu quero pegar um pouquinho da fala de socorro, porque eu sou liderança comunitária, fui Presidente duas vezes do meu bairro, aquele voto que vem nos moradores que... escolhem você para representar a comunidade como o socorro também, Pedro caldas está ali, e tantos outros... Fábio Rangel... e a gente... e a gente... eu ouvi muitas falas aqui... umas um pouco... trouxe a emoção... falou da vida pessoal... mas eu quero agradecer... quando tem uma audiência dessa de extrema importância, para uma cidade como Petrolina e aqui eu vi todo o tempo a mesa pedindo sugestões... perguntas que pudessem tirar as dúvidas... e... e nesse exato momento, tantas mulheres estão retornando os seus trabalhos que saem de casa de madrugada e que não têm essa oportunidade de chegar aqui 3 horas da tarde, estar aqui ouvindo e que, muitas vezes, têm vontade de participar dessa política mais por medo e por não ter esse espaço de ouvir... então assim uma sugestão Desembargadora que em outros momentos isso possa acontecer nos nossos bairros porque, muitas vezes... as pessoas deixam de vir até a Câmara de vereadores, de acompanhar de conhecer os seus vereadores e seus representantes ou até mesmo vim buscar os seus direitos porque não tem condições. Em um momento desse acontecendo num bairro dom Avelar, são Jorge, são Joaquim, João de Deus, uma quadra... vocês como servidores públicos estão aqui nos representando... seria de muita importância porque isso vai instigar... vai trazer é... aquela pessoa que quer ouvir porque a gente precisa, às vezes, é... se colocar no lugar de dentro do horário do outro, porque nem todo mundo tem essa oportunidade de estar aqui nesse horário, por conta do trabalho. E muita mulher sai de casa de 4 horas da manhã e ainda estão retornando, mas queria ter essa oportunidade de ter essa, essa presença de poder participar. E a gente está aí é... se aproximando de um ano muito importante, que são as eleições municipais, aonde a gente viu aqui muitas falas que somos penalizadas sim. Às vezes, somos ditas que somos para mulheres de partido que é... com a lei, mas é muito estranho como nós temos hoje... quase 53% do eleitorado no nosso país e a gente vê uma cidade como Petrolina ofertando 24 cadeiras e a maioria das vezes é um número muito pequeno de mulheres sentada. Então, assim, é uma reflexão porque eu venho, vou finalizar com uma pergunta aqui para os senhores, é uma reflexão nossa, da mulher, onde é que está o erro?

Será que nós não devemos dar essa oportunidade a próxima? Porque nas eleições passadas, vereadora Maria Helena, desse mandato agora de vocês que se encerra, quando Samara ganhou... Petrolina se ouviu muito, foi preciso uma mulher sair para a mulher sentar na cadeira foi o caso que a vereadora perdeu o mandato e a Samara



entrou. Isso fica feio muito feio é hora de fazer uma reflexão. Eu quero deixar a sugestão que possa ser feito nas comunidades, nas periferias, nós temos espaço notícia tms quadra e a gente pode dar essa oportunidade das mulheres conhecer, dos jovens, dos idosos também, eles têm um papel fundamental na nossa vida de conhecimento, certo?

Mas... assim, a pergunta é essa: Qual a garantia da efetivação da fiscalização do fundo eleitoral quando há possibilidade de que a prestação de contas das mulheres seja zerada?

O que vai fazer o TRE numa situação dessa?

Essa é a minha pergunta, eu agradeço a todos a oportunidade e espero que, em breve, a gente se encontre aí o ano que vem!

[Aplausos]

[DES. CARLOS GIL RODRIGUES FILHO]: Agradeço bastante as contribuições que essa senhora trouxe à tribuna. Mais uma vez, eu digo que não podemos regimentalmente, apresentar uma resposta pronta para isso. Mas, podemos conversar aqui depois da audiência pública.

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos, mais uma vez, as palavras de elo edifício dê da Silva e passamos a palavra para a promotora da 83a. Zona eleitoral, Dra. Rosane Moreira Cavalcante.

[Aplausos]

>>[Dra. Rosane Moreira Cavalcanti]: Boa tarde a todos os presentes. Quero cumprimentar a mesa por sororidade na pessoa da Desembargadora Virgínia, mas não podia deixar aqui de falar da minha honra doutor Adalberto, que o senhor não deve lembrar de mim, mas, assim como o senhor participou, né, de uma decisão importante na vida de Lucinha Mota, eu, quando terminando os meus estudos de direito passei no concurso de, do Ministério Público de Pernambuco, na fase de títulos, eu tive um probleminha muito injusto, né? Naquela época, a gente, com as minhas notas eu seria Promotora de Justiça, mas, havia uma injustiça no edital que os títulos, eles conseguiam aprovar e reprovar.

E o senhor, né, eu sem saber, sem saber, estudante, vindo de uma Faculdade de Direito baiana, e o senhor me recebeu no seu é... no seu gabinete. O senhor não deve se recordar.

Mas, parte da... da, eu não podia deixar, da honra de cumprimentá-lo e da honra de fazer parte--

[Aplausos]

>>[Dra. Rosane Moreira Cavalcanti]: Agora, nesse processo eleitoral, né, junto com o senhor. É... e eu só pedi esses minutos, quero cumprimentar as vereadoras aqui presentes, né? As três, Lucinha, uma história de... de luta, Samara, que já esteve na



Promotora várias vezes, né, trazendo também e Maria Helena, né? Minha colega e amiga Ana Claudia de Sena, que vamos, né, a representar o Ministério Público eleitoral nas próximas eleições vão ser de mulheres, né? Eu, Ana Claudia e knuZ ia e estamos aqui, doutor Yuri, que também vai fazer parte desse processo eleitoral e eu pedi esses minutos, né, para falar que é... assumir enquanto mulher é sempre difícil, né? É muito difícil a fala... é... a hora de... de parar de falar, mas a gente continua e eu não podia deixar de perder essa oportunidade de dizer que estou nessa luta, né? Com vocês, né? E colocar aqui, né, fala-se muito, e eu estava aqui conversando com o colega de mesa, né e falando aqui, né, que fala-se da morosidade do judiciário, mas o que a gente pode fazer preventivamente? E aí, colocar o Ministério Público eleitoral nas pessoas minha e de Ana Claudia que eu sei que pensa da mesma forma e tnuZ ia para a gente prevenir isso para que a gente possa, por meio de sugestões e de quem está é... mais experiente, e aí, corroborar as palavras de... de Dra. Virgínia, né? De que o que é que a gente pode fazer preventivamente para evitar, inclusive, o judiciário, né, doutor Yuri. Eu estou falando do aspecto da gente estar presente, deixando claro as sanções administrativas, criminais, né? E civis, que elas são duras, e de que a gente trabalhando preventivamente, a gente faça que essa... esses 30% aconteça ou... em qualquer outro aspecto, mas a gente está falando aqui dessa representatividade. E... e é... colocar o Ministério Público eleitoral de portas abertas, sobretudo, para... para esse trabalho extrajudicial preventivo que acaba diminuindo inclusive o número de processos e... tendo mais resolutividade. Então, foi esses minutinhos, peço... peço desculpas pela minha falta não... não estava escrita para falar mas para colocar à disposição do Ministério Público eleitoral de Petrolina e... e é... trazer sugestões, deixar que as portas estão abertas para a gente ver como a gente chega nessa periferia, como a gente chega na mulher... né, eu aqui faço parte da mulher privilegiada branca, vamos pensar na mulher negra, homossexual e deficiente, como é que ela chega? Será que ela chega?

Então, assim, é... colocar o Ministério Público a favor dessas... com as portas abertas para todas as mulheres para a que gente faça acontecer esses 30% de quem tem compromisso com esses 30% também, né?

Não vale só estar a mulher mas tem que estar nessa luta para...--

[Interrupção do áudio]

Que possa ter uma representatividade maior.

[Aplausos]

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras da Dra. Rosane Moreira e convidamos, rosa alvo Antônio da Silva, Secretário-Geral do PSOL em Petrolina e coordenador de comunicação e relações sociais do conselho popular de Petrolina.

[Aplausos]



[Rosa alvo Antônio]: Boa noite Senhoras, senhores, cumprimentando a todas, todos e todes. Tudo o a que gente já ouviu aqui concordando em grande parte das falas a gente observa que o direito humano, que tem como raiz a cidadania e pegando três pilares básicos como os direitos civis, direitos políticos e direitos sociais estão entrelaçados para garantia do direito à igualdade, inclusive na política e não basta apenas também assegurar... um mínimo 30% na cota de gênero porque aí não é só de mulheres é também de homens. 30% é de homem ou 30% de mulheres no mínimo que o partido deve lançar. Já há um grande desafio dentro da... dentro do PSOL... nos seus congressos, a que gente possa estar garantindo aí... 50% de participação das mulheres, né, no mínimo, dentro... dentro da... dentro da nossa composição, mas isso é uma coisa que está sendo ainda discutida, aprofundada e com certeza... deveremos chegar lá. Apenas em 32 a mulher passa a exercer o direito ao voto e a gente chega hoje ainda, né, com poucas mulheres, mas... é importante não apenas tenha muitas mulheres nos poderes, é importante que as mulheres tenham a compreensão de que é muito importante as mulheres e os homens, os homens terem a compreensão de que é importante fortalecer a mulher e a mulher aos homens no sentido de fortalecimento da democracia. Porque se não temos, não tivermos democracia nós não temos como ter igualdade de gênero, de raça, de condição social. A gente viu aí o Brasil mergulhado em quase uma nova ditadura recentemente e tinham muitas mulheres ali naquela composição defendendo aquela, aquele tipo de política. A gente precisa também trabalhar a educação política de ambos os gêneros porque chegando ao poder ambos têm o compromisso com a democracia, com a igualdade de gênero, com a justiça social, mas sobretudo com o fortalecimento da democracia, porque só é possível a gente ter mais mulheres participando se a gente tiver uma democracia firme, segura. E, graças a Deus, a justiça e a sociedade brasileira entendeu que era importante assegurar a democracia e ressarco Saulou aquele processo de autoritarismo que estava se instalando no Brasil. Então, importante a igualdade de gênero, de raça, na composição das chapas na... na distribuição dos recursos. Inclusive no PSOL vai muito mais recursos para mulheres, para negros, para... para LGBT de que propriamente para os demais. Então, isso já há uma reparação dentro do PSOL.

Quer dizer que é tudo justo?

Não. Mas a gente já tem essa prática de combater essas diferenças. Então, é importante que todos os partidos pensem nessa situação, nessa condição.

Então... é preciso que a gente, em primeiro lugar, fortaleça a democracia, que a gente possa pensar os partidos de forma descentralizada, os mandatos sejam descentralizados e que o poder de fato seja emanado do povo, porque os políticos... são... são empregados do povo. O poder amena do povo que exerce diretamente ou indiretamente, pode ser através inclusive de... dos mandatos de homens e mulheres,



né? E que esses mandatos estejam a serviço da população e, sobretudo, comprometidas com a democracia e com a justiça social.

Muito obrigado e parabéns pela organização e pela realização desse grande evento.

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras de rosa alvo Antônio da Silva e, na sequência, fará uso do palavra o ouvidor regional eleitoral, Dr. Carlos Gil filho.

[DES. CARLOS GIL RODRIGUES FILHO]: Nós ficamos muito felizes em aproximar o Tribunal da população e da classe política e ainda mais felizes por verificar o que aparenta ser uma paridade entre homens e mulheres aqui na plateia, coisa boa.

Todas as falas serão incluídas no relatório da audiência e será publicado. Então é chegada a hora de agradecer, é a hora mais importante, agradecer. Agradecer ao Desembargador doutor Adalberto de Oliveira Melo, Presidente do TRE, que nos deu totais condições para realizar o evento. Agradecer a Justiça Federal de Petrolina que nos deu espaço e estrutura para estarmos aqui. Ao Presidente da OAB de Petrolina, meu amigo doutor Marcilio Rubens.--

[Interrupção do áudio]

[DES. CARLOS GIL RODRIGUES FILHO]: O conselho dos direitos da mulher de Petrolina. Agradecer, agradecer para todas as pessoas que pediram palavra, plest rArm e que, verdadeiramente, enriqueceram o debate nessa audiência. Eu saio daqui cheio de anotações. Agradecer aos partidos políticos, cujas presenças e ausências serão registradas em livro próprio do Tribunal. Agradecer as servidoras e aos servidores do Tribunal, vocês são maravilhosos. Hoje eu agradeço em nome de Willian nenhum também aqui presente, Dra. Liliane, agradeço em nome dela.

Agradecer a... a classe política, agradecer as Senhoras e aos senhores e já passo a palavra ao Presidente para as considerações finais. Muito obrigado.

[Aplausos]

[DES. CARLOS GIL RODRIGUES FILHO]: Presidente me permita, tem um videozinho ali rapidinho ali, me permita!

[Exibição de vídeo].

Diferenças que ainda existem entre homens e mulheres na política.

Na prática, na participação, no tratamento, na representatividade.

Eu vou criar 10 novas escolas!

Que tal ir para o salão antes, está precisando, hein?!

>> Vou criar novas 10 escolas.

[Aplausos]

>> Uau, que incrível, como você vai por isso em prática? Sobre a.

>> Nova e muito bonitinha não tem perfil para ser política.

>> Novo e muito bem apresentado, esse vai se dar bem na política.

Como eu já tinha apresentado, essa política pública vai fazer a diferença!

Como eu já disse essa política pública vai ser o diferencial.



[Aplausos]

>> Que genial!

>> Ele tem ideias inéditas!

>> Bota essa para cumprir cota de gênero! Depois vê o que faz!

>> Nossa missão é eleger esse cara aí, oh!

>> Sua desgraçada, se você não der o voto assim na assembleia vou atrás de você!

>> Queridíssimo Deputado, gostaria de pedir que reconsiderasse o seu voto na assembleia, por favor! Agradeço desde já.

>>[Mestre de Cerimônia]: Antes do encerrado... gostaríamos de avisar que amanhã, aqui em Petrolina, o TRE de Pernambuco realizará um evento do programa eleitora e eleitor do futuro, uma ação da escola judiciária eleitoral que acontecerá na escola de referência do ensino médio Evanira de Souza dias, beneficiando alunas e alunos daquela escola. Tem a palavra, para o encerramento, o Presidente do TRE, Desembargador Adalberto de Oliveira Melo.

>>[Des. Adalberto de Oliveira Melo]: No dia 16 de novembro, do ano passado, completei 72 anos de idade, e não esperava hoje... 28 de novembro ter a alegria que tive agora com o depoimento da Dra. Promotora porque vi hoje que acertei naquela decisão. Temos aqui uma pessoa de elevado senso de justiça.

[Aplausos]

>>[Des. Adalberto de Oliveira Melo]: O debate foi excelente, produtivo, construindo um futuro mais igualitário para todos de modo que declaro, então, encerrada a audiência pública sobre "cota de gênero, violência política de gênero e canais de denúncia ". Muito obrigado.

[Aplausos]